PALAVRAS EM MAR REVOLTO

SENADOR **PAULO PAIM**

PALAVRAS EM MAR REVOLTO

SENADOR PAULO PAIM

Coordenação editorial
Paulo André Louzada e Susi Closs

Capa
Rodrigo Ribeiro

Impressão e acabamento
Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF

Fotos
Agência Senado, Liderança do PT no Senado, André Corrêa e Asthego Carlos

Projeto gráfico
Mateus Leal

Programação visual
Jackson Ferreira Barbosa

Revisão
Assessoria do Senador Paulo Paim e Segraf

Paim, Paulo.
Palavras em mar revolto / Paulo Paim – Brasília : Senado Federal, Gabinete do Senador Paulo Paim, 2015.
180 p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Paim, Paulo, entrevista. I. Título.

CDD 320.981

"Assovia o vento dentro de mim. Estou despido. Dono de nada, dono de ninguém, nem mesmo dono de minhas certezas, sou minha cara contra o vento, a contravento, e sou o vento que bate em minha cara"

Eduardo Galeano.

"Quando você foi embora fez-se noite em meu viver
Forte eu sou, mas não tem jeito
Hoje eu tenho que chorar
Minha casa não é minha e nem é meu este lugar
Estou só e não resisto, muito tenho pra falar"

Fernando Brant

BREVÍSSIMAS

Em *Nau Solitária*, livro que lancei no ano passado, o nobre leitor teve a oportunidade de conhecer e refletir sobre as pegadas que deixei nos primeiros quatro anos (2011/2014) do meu segundo mandato de senador da República. Foi uma viagem de alma e coração, de amor, que contou um pouco de mim, dos meus sentimentos, e muito de tudo aquilo que acredito e luto. Navegamos juntos por rios caudalosos e bravios em busca do mar.

Eis que um ano novo chega e com ele, sempre a me acompanhar, as esperanças e os sonhos da nossa gente, dos trabalhadores, aposentados, dos jovens, homens, mulheres e crianças, de todos os discriminados, dos brasileiros que ainda acreditam no seu País. Mas, a incerteza, as angústias, os descaminhos, as injustiças, a falta de compreensão daqueles que comandam os rumos desta terra fizeram 2015 atípico.

A representação dos trabalhadores no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, a chamada bancada do social, foi reduzida em 40%. E isso faz uma grande diferença. O outro lado, o do andar de cima, como eu digo, estrategi-

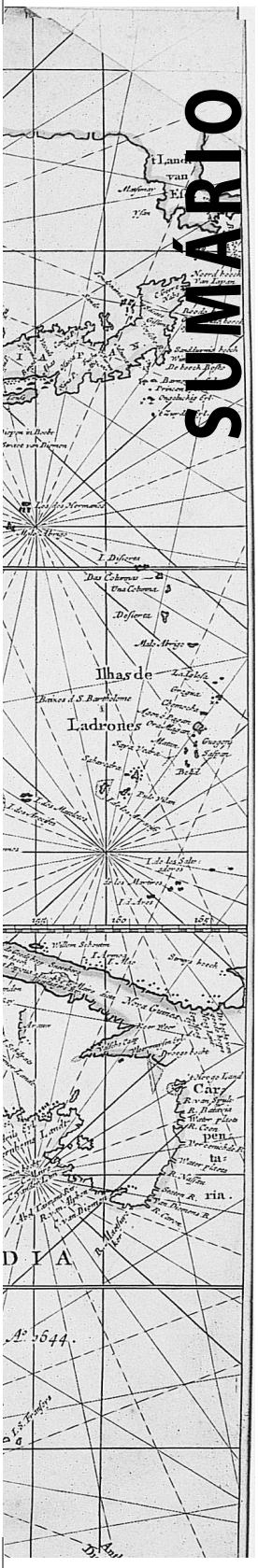
camente organizado, foi à luta e alcançou seus espaços. E a nós, o que restou? Ações individuais? O que fizemos para reverter esse embate desproporcional?

O Governo Federal optou por aplicar políticas econômicas distantes da realidade de milhões de pessoas que recebem até dois, três, quatro salários mínimos, as do andar de baixo, como eu digo. Reconhecemos que o Brasil avançou em vários programas sociais nos últimos dez anos. Mas, não aceitamos de maneira alguma que quando há uma crise a corda deva arrebentar no lado mais fraco.

Palavras em Mar Revolto – segundo volume da *Nau Solitária* – traz uma coletânea de entrevistas e artigos publicados neste ano. Não medi palavras para externar todas as minhas dores e as da nossa gente. O amigo e a amiga podem ter certeza que esta obra que tem em mãos foi tão somente escrita com a pena e as tintas da minha coerência, consciência e história. E esses sejam talvez os maiores tesouros da minha vida.

Boa leitura!

Senador **Paulo Paim**



Entrevista 14

Parte I Uma constante produção legislativa. 27

Parte II Uma constante produção legislativa 31

Fator de injustiça 35

Sobre boiadeiros, bois e piranhas 38

Fora da lei não há salvação 41

"Governo pune trabalhador mas não cuida da corrupção" 45

O ajuste chama à responsabilidade também o andar de cima 52

Os abutres têm fome 68

1º de maio: dia de resistência 73

"O PT tem que voltar às suas raízes", afirma Paim sobre direitos trabalhistas 78

Sobre o 13 de Maio 83

Olhos desumanos 89

Todo poder às ruas 93

Mais uma na conta do trabalhador 99

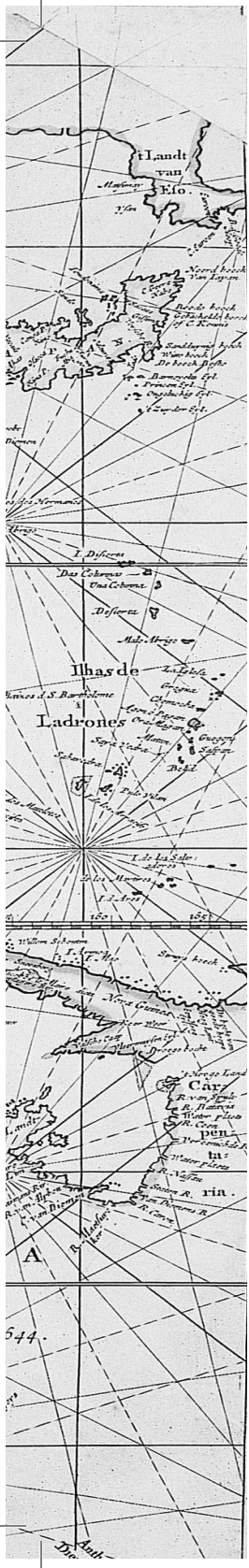
Paulo Paim conversa com PSB, Rede e PV e pode deixar o PT até o final do ano 102

"Tenho dito: ou o PT muda, ou nós mudamos" 107

"Não há pessoa de bem na vida pública que vete" 115

O fator previdenciário é a lei mais cruel inventada nesse País depois da ditadura 119

Um dos grandes tumores no mundo do trabalho 131



"Não foi esse o governo que eu elegi", diz petista Paulo Paim 135
Agiotagem institucionalizada 141
Mínimo dever de casa 144
O PT está saindo do Senador Paulo Paim 147
Só fico no PT se ele mudar 152
Os trabalhadores sob o fogo do dragão 161
É preciso esperançar 166
Publicações 175

Nunca me afastei das minhas raízes. Eu venho do chão de fábrica. Eu sei o que é cheirar ferro quente e derretido nas fundições. Eu sei qual é o som da batida do martelo de tonelada nas forjarias.

Segundo *ranking* do *site* Atlas Político, o Senador Paulo Paim, do PT gaúcho, é o 4º senador (2014) mais atuante do Brasil.

A lista foi definida a partir de cinco critérios: Representatividade (parlamentares que se elegeram com votações expressivas); Campanha Responsável (os gastos do candidato comparados ao total de votos); Ativismo Legislativo (projetos apresentados); Debate Parlamentar (participação em debates e fiscalização); e Fidelidade Partidária (se o candidato permaneceu no mesmo partido e se votou de acordo com as orientações da legenda).

Para os idealizadores do projeto, Andrei Roman (Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Harvard) e Thiago Costa (Ph.D. em Matemática Aplicada pela Universidade de Harvard), a ideia é que o cidadão compare o desempenho dos senadores brasileiros, entenda quais são os congressistas mais competentes – independente da orientação ideológica de cada um – e ache algum que possa representar suas ideias e objetivos para o País.

Confira a entrevista do Senador Paulo Paim...

QUEM É PAULO PAIM?

A minha história e a minha vida se confundem com a história dos trabalhadores da cidade e do campo. Estou ligado àqueles que no dia a dia buscam melhores condições de vida, de trabalho, de saúde, de educação, que buscam o direito a envelhecer com dignidade. É nesse espaço que eu atuo, na área dos direitos sociais e humanos. Venho de uma família de dez irmãos. Meu pai e minha mãe nos sustentavam com salário mínimo. Guardo sempre um conselho, entre tantos, que eles nos deixaram: estudem sempre, trabalhem de sol a sol e sejam honestos, porque Deus vai olhar por vocês. Isso é uma espécie de testamento, ainda em vida, que eles nos deixaram. Foi seguindo esta orientação que cheguei onde estou. Eu jamais vou esquecer as minhas raízes, de onde eu vim. E digo isso com muito orgulho, pois isso me dá forças para seguir adiante, defendendo a nossa gente. Uma vez o sociólogo Florestan Fernandez, um dos maiores brasileiros que eu conheci, meu colega na Constituinte de 1988, disse que a vida do Paulo Paim é a luta permanente dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas e de todos os discriminados.

QUE AVALIAÇÃO O SENHOR FAZ DA SUA ATUAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL?

Eu diria que os meus quatro mandatos de deputado federal e dois de senador da República foram e são marcados pela participação direta da população e dos movimentos social, sindical e de direitos humanos. Ou seja, demos

voz a quem antes não tinha espaço dentro do Congresso. Muitos dos projetos que apresentei, nasceram dessa interação com os movimentos e a nossa gente, basta citar, por exemplo, a Lei do Estatuto do Idoso, que beneficia mais de 30 milhões de pessoas e a Lei do Estatuto da Igualdade Racial. Considero que o meu olhar está sempre voltado para as diferentes formas de poder melhorar a vida das pessoas. A lei da política de valorização do salário mínimo, que beneficia hoje 48 milhões de trabalhadores, os projetos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto dos Motoristas Profissionais, demonstram isso. Na verdade, são mais de mil projetos tramitando hoje no Senado e na Câmara dos Deputados. Além disso, quero destacar que o Executivo, corretamente, aproveitou alguns de nossos projetos transformando-os em programas de Governo. Por exemplo, apresentei o primeiro projeto sobre valorização do ensino técnico, o Fundep, e, para alegria de todos nós, pela sabedoria do Governo, foi criado o Pronatec. Outro projeto de nossa autoria originou o ProUni. Na minha primeira campanha para o Senado lancei a Bolsa Permanente para que filhos de trabalhadores necessitados possam cursar a universidade com uma ajuda financeira mensal. Esse programa o Governo Federal também implantou. E isso para mim é muito gratificante.

FALE SOBRE AS ELEIÇÕES NO ESTADO.

O processo eleitoral foi um dos mais turbulentos dos últimos 20 anos. Tivemos uma situação inesperada com a morte do Eduardo Campos, com a saída do Beto Albu-

querque para ser o vice da Marina Silva, e a própria candidatura do Pedro Simon que já tinha desistido da reeleição. Lamentei muito a não eleição do companheiro Olívio Dutra, pois ele representa o PT de raiz e poderíamos ter feito um belo trabalho em defesa dos trabalhadores e do Rio Grande do Sul. O embate foi muito forte entre o nosso candidato Tarso Genro e a Senadora Ana Amélia. O José Ivo Sartori correu por fora, pelas beiradas, costeando o alambrado, como dizia o Leonel Brizola, sem ter desgaste algum. A impressão que eu tinha é que o Sartori não era governo, nem oposição. Ele estava numa situação muito confortável. Estou convicto que o governo Tarso fez muito pelo Rio Grande do Sul. Talvez não tenham sido feitas a propaganda e a publicidade necessárias para as ações do governo. Eu sempre digo que campanha eleitoral se faz durante o ano todo. Não existe campanha de última hora. Avalio também que foi uma campanha centralizada. Não aconteceu como no passado, em outras campanhas, em que as discussões se davam a partir da base, da militância. Eu mesmo, por uma decisão da coordenação de campanha, e eu respeito isso, fiquei mais nas portas de fábrica. Cumpri o que me foi pedido. Mesmo eu me colocando a interira disposição não gravei programas eleitorais, nem de televisão e nem de rádio. Por outro lado, eu gravei para 20 estados. Foi uma loucura. Ainda sobre o RS, entendo que poderia ter colaborado mais, assim como outros companheiros nossos. Mas, decisão é para ser cumprida. A campanha deveria ter sido descentralizada, fazendo com que os principais quadros do partido viajassem pelo estado e se encontrassem

nos grandes eventos e comícios. Aliás, sobre os grandes eventos e comícios me foi dito que só falariam os candidatos e os presidentes de partidos. Creio que a militância e a população não estavam entendendo o que se passava.

E AS ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA?

Foi clara a disputa entre os dois projetos. O nosso foi vencedor porque fizemos muito no governo da Presidenta Dilma e do ex-Presidente Lula. A população sentiu no dia a dia, que a sua vida tinha mudado para melhor. Minha Casa, Minha Vida, Luz Para Todos, ProUni, sistema de cotas, 25 milhões de empregos gerados, universidades, escolas técnicas, Bolsa Família, salário mínimo valorizado. O sistema de comunicação foi fundamental em todo esse processo. Eu mesmo, a pedido da Presidenta Dilma, gravei para as redes sociais. Sinto que as nossas propostas foram ao encontro dos que mais precisam, sem deixar de lado a classe média. Mas, é claro que, é imprescindível respeitarmos a vontade dos eleitores que não votaram em nosso projeto, dando maior atenção as suas demandas e necessidades.

O QUE PODEMOS ESPERAR DO PRÓXIMO GOVERNO DO PT?

Espero que a política social adotada nesses últimos 12 anos seja mantida e ampliada. Temos que avançar tanto na área de direitos sociais e trabalhistas como também dos direitos humanos. Questões que não foram solucio-

nadas devem ter prioridade, como por exemplo, uma política efetiva de valorização das aposentadorias e pensões, o fim do fator previdenciário, que eu considero o maior inimigo da classe trabalhadora, pois ele reduz na hora da aposentadoria 40% do salário do homem e 50% do salário da mulher. Se for uma alternativa, que seja a fórmula 85/95 (soma da idade mais o tempo de contribuição) que já é aplicada para os servidores públicos e é unanimidade no movimento sindical. Creio, também, que o Governo tem que implantar o imposto único, bem como acelerar a distribuição de renda com a criação de mais empregos. Há dois pontos que eu acho que devem ter tratamento especial. Falo da taxa de juros e da inflação. E, para finalizar, sou um entusiasta, inclusive tenho projeto sobre isso: a taxação das grandes fortunas, ou o imposto Robin Hood, como acontece na França, Alemanha e Áustria. O bilionário norte-americano Donald Trump propôs isso em seu país.

FAÇA UMA AVALIAÇÃO DO NOVO CONGRESSO NACIONAL.

Segundo o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) a bancada dos trabalhadores e dos direitos humanos foi reduzida em quase 30%, enquanto a bancada considerada conservadora, do grande capital, do agronegócio, quase dobrou. Em resumo, temos um Congresso conservador. Se os movimentos não se mobilizarem desde agora, a coisa vai ficar feia. Temos um ovo de serpente que pode eclodir a qualquer momento. E aí eu estou falando em

reforma da Previdência Social, reforma trabalhista, flexibilização da CLT, terceirização pra todo lado. O meu querido amigo, já falecido, ex-Deputado Federal Adão Preto, sempre dizia que temos que ter um pé nas ruas e o outro no Congresso. Por isso faço um chamamento aos líderes dos movimentos: o momento é de mobilização e bloco na rua.

E COM ESSE NOVO CONGRESSO COMO FICAM AS QUESTÕES DAS APOSENTADORIAS E DO FATOR PREVIDENCIÁRIO?

A nossa luta vai redobrar. Não vamos parar enquanto não resolvermos isso. Em 2008 aprovamos o fim do fator previdenciário no Senado Federal. Da mesma forma aprovamos dois projetos: um que trata da política de valorização das aposentadorias (inflação mais o PIB) e o outro que recupera as perdas salariais fazendo com que o aposentado volte a receber o mesmo número de salários que recebia à época da aposentadoria. Esses três projetos, de minha autoria, tramitam desde aquele ano na Câmara, a espera de votação por parte dos deputados. Tanto a Presidenta Dilma Rousseff, como o então candidato, Aécio Neves, prometeram discutir essas questões. Em todas as causas que defendemos na nossa história, peleamos e sofremos, mas vencemos. Para os pessimistas da questão do fator previdenciário e de uma política de valorização das aposentadorias e pensões eu digo: aguardem. Nós venceremos.

COMO FOI A RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS?

Foi uma luta de trincheira, árdua, de muitos anos. Felizmente o nosso Rio Grande do Sul saiu vitorioso. Fizemos uma boa luta, combatemos o bom combate. A cada dia cobrávamos à Presidência do Senado para que o projeto fosse votado. Mas essa vitória só foi alcançada por que a bancada gaúcha de senadores e deputados federais, de deputados estaduais, o governo do estado, os prefeitos, os vereadores e a sociedade civil se mantiveram unidos. E isso é pensar o presente e o futuro do nosso querido estado. Tive uma imensa alegria quando o Senado aprovou o projeto, como havia ocorrido na Câmara, possibilitando uma economia de R$15 bilhões para o estado, o que, com certeza, será revertido em mais investimentos em saúde, educação, segurança, habitação. Ou seja, mais qualidade de vida para os gaúchos e gaúchas.

A REFORMA POLÍTICA SAI?

Estou no Congresso desde a Constituinte de 1988. E o que mais se fala desde aquele período é que o Brasil precisa de uma ampla reforma política, juntamente com a tributária, fiscal e de um novo pacto federativo. A realidade é que existe muita conversa e pouca ação. Não há como negar que é urgente essa reforma. Nós estamos perdendo uma oportunidade única. Assim como os movimentos organizados devem ir as ruas para exigir a manutenção de conquistas e direitos, esses mesmos movimentos devem pressionar legitimamente por

uma reforma política. Sou favorável ao financiamento público de campanha. É inadmissível que alguns candidatos ao Legislativo gastem até R$30 milhões. Mesmo tendo uma democracia ainda em amadurecimento, não vejo motivo nenhum para termos eleições de dois em dois anos. Por isso sou favorável à coincidência de pleitos (vereador, prefeito, governador, deputado, senador e presidente). Podemos avançar também em mandatos de cinco anos, com direito a uma reeleição, com o sistema de lista misto, com o voto facultativo, com candidaturas avulsas. O cerne de toda esta questão é que a classe política ainda não se deu conta de que a população precisa ser conquistada e não levada a cabresto. Temos que conquistar os eleitores pela paixão da política, pelas causas que defendemos.

O SENHOR ESTEVE REUNIDO COM O EX-PRESIDENTE LULA E COM A PRESIDENTA DILMA?

A minha conversa com o Presidente Lula foi ampla. Fizemos uma avaliação do processo eleitoral, da política econômica, da importância da unidade da bancada do partido no Senado e na Câmara. Sempre buscando uma linha propositiva e de respeito à oposição, mas sem deixar de responder aos seus ataques. Eu sempre digo que quem é governo tem que saber responder, tem que dizer o que está fazendo e o que vai fazer. Quem é oposição fiscaliza, faz a crítica e apresenta sugestões. O meu encontro com a Presidenta Dilma, por sua vez, foi apenas uma recepção com os candidatos eleitos.

FAÇA UMA AVALIAÇÃO DO PT.

A história do nosso partido não pode ser esquecida. Uma das nossas funções enquanto militantes é justamente preservar o que foi construído e forjado na luta social e na redemocratização do Brasil. Se há problemas, e eles existem, temos que encarar frente a frente, olho no olho, com o máximo de transparência. Se há deformações, temos que corrigi-las, ajustá-las. Se ocorreram desvios de conduta, que se pague, doe a quem doer. O PT está acima de nomes. Só assim teremos condições de levantarmos as heroicas bandeiras da nossa fundação. Quero o nosso PT de raiz, se reaproximando dos movimentos sociais e dos trabalhadores. Elegemos Lula e Dilma e temos que dar continuidade ao nosso projeto. Fizemos muito, mas temos muito ainda por fazer. A responsabilidade é de cada um de nós.

RECENTEMENTE UM DOS MAIS CONHECIDOS JORNALISTA DA IMPRENSA NACIONAL, ARI CUNHA, DISSE QUE O SENHOR FEZ MAIS PELOS TRABALHADORES DO QUE O PRÓPRIO PT. O SENHOR QUER COMENTAR?

Só tenho a dizer que nunca me afastei das minhas raízes e da luta dos trabalhadores brasileiros. Eu venho do chão de fábrica. Eu sei o que é cheirar ferro quente e derretido nas fundições. Eu sei qual é o som da batida do martelo de tonelada nas forjarias. Isso faz parte da minha vida e disso eu não abro mão. É inegável, no entanto, que o PT

contribuiu imensamente com a minha caminhada e com a história do Brasil.

DO QUE TRATA O LIVRO NAU SOLITÁRIA QUE O SENHOR LANÇOU NA FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE?

O que me guia na vida não são os homens. O que me guia na vida são as causas que muitas vezes navegam sozinhas. Já passei por inúmeras situações como se estivesse em uma embarcação, em um navio, em uma nau solitária navegando por rios em busca do mar. Essa nau solitária que falo é uma Previdência Social universal e para todos, é saúde e educação de qualidade, segurança para a nossa gente, são os direitos dos trabalhadores assegurados, é saber que nenhuma criança passa fome e que todas estão nos bancos escolares se preparando para ser o futuro do nosso País. Essa nau solitária representa milhões de brasileiros com os quais eu me identifico. Essa nau solitária está carregada de ideias e propostas para melhorar a vida do nosso povo, do nosso Rio Grande e do nosso Brasil.

O SENHOR SEMPRE DIZ QUE A SUA VIDA É A POLÍTICA. O QUE VEM PELA FRENTE?

Eu sempre procuro fazer o melhor a cada dia. Fazer o bem sem olhar a quem. Isto está no meu sangue, no meu DNA político. Fico triste quando vejo injustiças e o sofrimento do nosso povo. Fico emocionado com a luta das pessoas com deficiência, dos negros, dos brancos, dos jovens, dos indígenas, dos idosos que vão às ruas

exigir dignidade e respeito. É isso que me movimenta, saber que existem pessoas que não perderam a capacidade de indignação. Procuro sempre atuar propositivamente e fazer valer os quase quatro milhões de votos que recebi em 2010. Não pretendo me retirar da política. De uma forma ou de outra eu sempre estarei atuando. Sou candidato em 2018. É claro que a tendência é o Senado. Mas, o respaldo necessário será dado pelo meu partido, pelos meus líderes, pelos movimentos social, sindical e de direitos humanos.

MAS AQUI NO RIO GRANDE DO SUL FALA-SE QUE O SENHOR SERÁ CANDIDATO AO GOVERNO DO ESTADO.

Não sou. O partido e a nossa frente tem grandes nomes. Tomo a liberdade de citar alguns do PT: Jairo Jorge, Miguel Rosseto, Pepe Vargas, Maria do Rosário, Ari Vanazzi e outros.

3-12-14 – *Esta entrevista foi concedida a um veiculo de imprensa, não tendo sido publicada*

Parte I

Uma constante produção legislativa

Em 2014, mesmo com as eleições, o Senado da República manteve sua constante produção legislativa, com deliberações importantes para todos os brasileiros.

Nós, parlamentares, tivemos que nos dividir entre múltiplas tarefas, ao longo do ano, sem, porém, nos afastarmos do debate construtivo e elevado no Legislativo.

Muitas de nossas deliberações conjuntas resultaram em benéficos Projetos de Lei aprovados, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados.

No âmbito das mudanças constitucionais, por exemplo, contabilizamos boas propostas aprovadas, entre elas, a PEC nº 61, de 2013, que garantiu R$25 mil de indenização a seringueiro e soldado da borracha, trabalhadores recrutados na Amazônia, durante a Segunda Guerra Mundial, para a produção e oferta do látex natural à indústria bélica dos Estados Unidos, principal país em guerra contra o nazifascismo.

Outra importante mudança constitucional resultou da aprovação da PEC nº 77, de 2013, que alterou a Constituição para disciplinar e reforçar a segurança viária nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

Cabe também mencionar a PEC nº 35, de 2011, que reservou ao Senado Federal a competência privativa para

decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais, bem como a PEC nº 57, de 1999, que alterou o art. 243 da Constituição, cuja redação passou a ser a seguinte:

"Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei".

Para além das relevantes mudanças mencionadas, as inovações no conteúdo normativo brasileiro também tiveram lugar na legislação infraconstitucional, como no caso do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2014, que "Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil"; do PLC nº 28, de 2014, que alterou a "Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma funcional"; bem como do relevante PLC nº 29, também de 2014, que "Reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas

públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União".

A despeito de serem mais ou menos polêmicas, tais normas efetivamente importam para o cidadão, porque, na maioria das vezes, melhora as suas condições de vida e o bem-estar geral da sociedade.

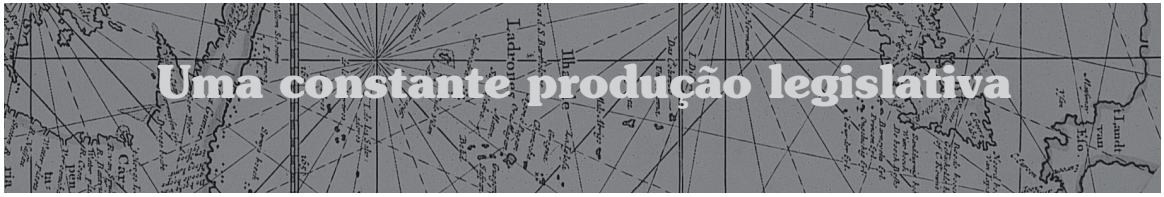
Exemplo disso é a nova lei que Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, ou a Lei que disciplina a atividade de motorista, inclusive do ponto de vista da jornada de trabalho e o tempo de direção do profissional. Os dois PLC nºs 39 e 41 – foram aprovados no Senado Federal, em 2014.

No Senado, o PLS nº 47, de 2013, alterou a CLT para tornar obrigatório "o pagamento de pelo menos quatro por cento sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial".

Ainda na promoção dos legítimos interesses do trabalhador brasileiro – um tema que inspira e orienta o mandato que exercemos, na representação do Rio Grande do Sul na Casa – aprovamos o PLC nº 63, de 2013, que dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho.

10-1-15 – *Sul 21* e PT no Senado

Parte II



Uma constante produção legislativa

Há um quase consenso, no Senado, em favor do dever de cuidado e atenção de toda a sociedade à criança e ao jovem brasileiros.

Por esta razão, os senadores aprovaram o PLC nº 58, de 2014, que estabelece, no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito de os menores serem educados e receberem cuidados livres de castigos físicos, de tratamento cruel ou degradante.

Esperamos, com o aperfeiçoamento da lei, fomentar a cultura da paz e da convivência civilizada no interior dos lares brasileiros e em nossa vida civil. Também no interesse da criança e do adolescente brasileiros, e na plena recuperação dos detentos, aprovamos o PLC nº 58, de 2014, que assegura a convivência dos menores com os pais que estejam privados da liberdade, e o PLC nº 113, de 2013, que obriga a realização do protocolo de avaliação do frênulo da língua dos bebês.

A avaliação é mais conhecida como o "teste da linguinha", e tem a finalidade de identificar problemas que possam resultar em dificuldades na fala, na deglutição, na sucção e na mastigação, bem como a necessidade de cirurgia para a correção de irregularidades na boca dos bebês.

A almejada pacificação de nossa sociedade impõe um padrão mais elevado e nobre no tratamento do homem brasileiro às mulheres de nosso País. Eis porque o Senado aprovou o PLC nº 59, de 2014, que oferece à sociedade um número telefônico nacional, para o recebimento de denúncias de maus tratos e violência contra a mulher.

Outro tema que recebeu nossa atenção foi a regulação da atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, mediante o PLC nº 38, de 2013.

Em nossa permanente luta contra a criminalidade, inserimos no Código Penal o art. 334-A, que visa coibir a importação e exportação de mercadoria proibida no Brasil – crime de contrabando – agora punido com reclusão de dois a cinco anos.

O Senado da República tem cumprido seu papel institucional, nas ocasiões em que legisla em favor da organização do Estado brasileiro, como na aprovação do PLS nº 104, de 2014, que "dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios".

Outra medida de relevo foi a aprovação do PLS nº 406, de 2013, que altera a legislação atual para "ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral, a sentença arbitral e o incentivo ao estudo do instituto da arbitragem".

No mesmo sentido da solução dialógica dos litígios, o PLS nº 517, de 2011, instituiu e disciplinou o uso da mediação para a prevenção e a solução consensual de conflitos.

A educação, de sua parte, tem sido objeto de reflexão constante no Parlamento, razão pela qual aprovamos o PLS nº 185, de 2012, que alterou a Lei nº 9.394, de 1996, "que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de professores devidamente qualificados nas redes públicas de ensino".

Ainda com relação à LDB, garantimos a aprovação do PLS nº 284, de 2012, que instituiu a residência pedagógica para os professores da educação básica.

Já os indivíduos com educação no exterior passarão a contar com a nova redação da LDB, realizada pelo PLS nº 399, de 2011, que dispõe "sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica".

A produção normativa realizada pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, neste ano de 2014, demonstra a vontade comum aos parlamentares de acertar mais e mais, na promoção do interesse público e no fomento ao bem comum, em nossa sociedade.

Esperamos que o esforço possa se manter e que os resultados possam frutificar no curso dos próximos anos.

25-1-15 – *Sul 21* e PT no Senado

MENU DE
SCÂNDALOS
MENU OF
SCANDALS
I'M HATIN' IT
10 37
AGOSTO
20
QUINTA

Fator de injustiça

Fato é que a luta pelo fim do fator previdenciário precisa ser encampada por todos, independentemente de pensamento partidário, uma vez que estamos diante de uma questão de justiça social.

A Presidenta Dilma Rousseff pretende iniciar as negociações com o movimento sindical para o fim do fator previdenciário. A "luz no fim do túnel" foi sinalizada pelo ministro da Previdência Social, Carlos Gabas. Isso representa ouvir as vozes das ruas, de milhões de brasileiros.

O fator foi criado no governo FHC para adiar as aposentadorias do Regime Geral da Previdência (RGPS) e "oxigenar" o sistema. O que não ocorreu. O efeito foi perverso, pois na hora da aposentadoria os vencimentos são reduzidos em mais de 50%. Posteriormente, não foram tomadas medidas, por parte do nosso Governo, no sentido de liquidá-lo. É importante também esclarecer que no Executivo, Legislativo e Judiciário não é aplicado o fator.

Essa fórmula tem que acabar definitivamente. Não deve ser aplicada nem para "x", nem para "y", pois é inaceitável mexer no bolso do trabalhador que contribuiu para a Previdência uma vida inteira. É tirar, de forma ultrajante, um direito adquirido. Por isso é que defendemos

uma Previdência universal, com direitos e deveres iguais para todos, sejam eles da área pública ou privada.

Em 2008, o Senado aprovou, por unanimidade, projeto de minha autoria acabando com o fator previdenciário e, desde então, ele está para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados. Há também um substitutivo de autoria do Deputado Pepe Vargas, atual Ministro das Relações Institucionais, que prevê a criação da fórmula 85/95, segundo a qual a aposentadoria seria concedida quando a soma da idade e do tempo de contribuição totalizasse 85 anos para mulheres e 95 anos para homens.

Agora, no início dos trabalhos de 2015, apresentei 47 emendas às Medidas Provisórias nºs 664/14 e 665/14, com o objetivo de resguardar os direitos trabalhistas e sociais. Uma dessas emendas propõe o fim do fator previdenciário e sua substituição pela fórmula 85/95.

Fato é que a luta pelo fim do fator previdenciário precisa ser encampada por todos, independentemente de pensamento partidário, uma vez que estamos diante de uma questão de justiça social, de respeito e de reconhecimento para com todos os trabalhadores que diariamente contribuem na construção e no desenvolvimento do nosso País.

27-2-15 – *Sul 21*

Sobre boiadeiros, bois e piranhas

E eis que os trabalhadores são chamados ao "sacrifício pelo bem do País" e são levados ao palco como estrelas em um cenário de ajuste das contas públicas, esforço fiscal e *superávit* primário. Ironias à parte, todos nós sabemos qual é o final desse roteiro: a retirada de direitos e de conquistas da nossa gente.

Duas Medidas Provisórias foram enviadas ao Congresso Nacional alterando regras do seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão. O Governo justifica que são medidas de combate a fraudes e distorções, além de gerarem uma economia de R$18 bilhões.

Mas, alto lá. Basta dar uma olhada nas MPs e perceber que a chuva que vem por aí terá muitos raios e trovões. A nota técnica do DIEESE afirma que "por mais que o Governo alegue que não há retirada de direitos dos trabalhadores, as novas regras limitam o acesso de milhões de brasileiros a esses benefícios, o que na prática, significa privar a parcela mais vulnerável da população de benefícios que lhes eram assegurados".

Seria irresponsabilidade de nossa parte fazer a crítica pela crítica, o que não é a nossa intenção. Agora, tirar uma fórmula da cartola na qual a corda arrebente no

lado mais fraco, é inaceitável. Além do mais, essas medidas vão de encontro a tudo aquilo que sempre pregamos e, até certo ponto, conseguimos conquistar: a melhoria da distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais.

Penso que estamos diante de dois pesos e duas medidas, visto que nos últimos anos foram adotadas medidas de redução de IPI e desonerações empresariais, o que representou uma renúncia fiscal de R$200 bilhões, dinheiro que poderia ser investido em saúde, educação, habitação, segurança, estradas. Outra medida retirou R$78,7 bilhões do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador).

A minha consciência está, como sempre, sustentada em minhas convicções. Já apresentamos 47 emendas às MPs para defender os direitos trabalhistas e previdenciários, entre elas uma que propõe o fim do fator e outra o aumento para as aposentadorias e pensões. Simultaneamente será fundamental a mobilização das ruas.

10-3-15 – *Brasil 247*

SUPER RÁDIO
TUPI
1280 AM + FM 96,5
RIO DE JANEIRO

Fora da lei não há salvação

A nossa obrigação é captar as críticas, sejam elas quais forem e, dentro da lei, tentar solucionar os anseios do povo brasileiro. Se isto não for feito, estaremos sujeitos a novas e maiores manifestações, a um rufar dos tambores mais forte ainda.

Os recentes protestos de rua, acontecidos de Norte a Sul do nosso País, nas capitais, no interior, um na sexta-feira (13) e outro no domingo (15), tiveram suas pautas. Entre elas, defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, fim do fator previdenciário, arquivamento das MPs nºs 664 e 665, reforma política, defesa da democracia, combate à corrupção e à impunidade e críticas ao Governo, ao Congresso e ao Judiciário.

Toda manifestação pública é legítima. E isso independe de pensamento ideológico ou de grei partidária. A democracia só se sustenta com liberdade de expressão. Há que se ponderar, no entanto, que liberdade de expressão não compreende discriminação ou preconceitos já vividos historicamente.

Neste sentido, as faixas com símbolos nazistas e fascistas erguidas no domingo não são exemplos de democracia. Elas simbolizam o ódio, o *apartheid*, e sabemos aonde isso pode dar. Eu próprio já fui vítima.

Também havia cartazes pedindo intervenção militar e volta da ditadura. Um absurdo! Só quem passou pelos Anos de Chumbo sabe o que representa um regime de exceção.

O ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Velloso se manifestou a esse respeito: "Uma intervenção militar seria algo inusitado, fora da lei, fora da Constituição, ao arrepio da lei, ao arrepio da Constituição. Vale evocar Rui Barbosa no ponto, quando afirmou diante do STF: 'fora da lei não há salvação'. Temos sempre que nos comportar dentro da lei".

Agora vejamos o pedido de *impeachment*. No domingo à noite, em um programa de televisão, o ex-Ministro do STF Carlos Ayres Britto disse que defender o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, como fizeram nas ruas do Brasil, não é crime.

"Pedir o *impeachment* enquanto manifestação livre de vontade, tudo bem. Agora, concretamente, vamos convir, a Presidenta, no curso deste mandato que mal se inicia, não cometeu nenhum crime – que é pressuposto do *impeachment*, seja à luz do artigo 85 da Constituição, seja à luz da Lei nº 1.079, de 1950, versando sobre crimes de responsabilidade e, por consequência, *impeachment*. Não há a menor possibilidade de enquadramento da Presidenta da República nessas normas, sejam constitucionais, sejam legais".

Isso tudo me fez lembrar um político gaúcho, maragato, revolucionário, tropeiro de profissão, homem brilhante, semianalfabeto, que adquiriu sua cultura apenas

na escola da vida: Honório Lemes da Silva, o Leão do Caverá. Dizia ele: "Quero leis que governem homens, não homens que governem leis".

Há 30 anos o Brasil vive sob Estado democrático de direito, sendo este o seu mais longo e ininterrupto período de plena liberdade. Foram apenas sete eleições diretas para presidente. Estamos aprendendo. Regando e acarinhando no dia a dia a nossa jovem democracia.

O Executivo, o Legislativo, o Judiciário e os partidos políticos têm de reconhecer e entender o recado das ruas. Os tambores foram tocados. A nossa obrigação é captar as críticas, sejam elas quais forem e, dentro da lei, tentar solucionar os anseios do povo brasileiro. Se isto não for feito, estaremos sujeitos a novas e maiores manifestações, a um rufar dos tambores mais forte ainda.

19-3-15 – *O Globo*

PEC 555/2006
APROVAÇÃO JÁ
ANFIP
PEC 555/2006

"Governo pune trabalhador mas não cuida da corrupção"

Senador gaúcho afirma que a população foi 'enganada" e ameaça deixar o PT se o Congresso aprovar as propostas para mudar benefícios trabalhistas

Petista histórico, o ex-Deputado constituinte e Senador Paulo Paim (RS) está prestes a deixar o partido a que se filiou há 30 anos. Ele intergra a lista de pelo menos 16 senadores que apresentaram recentemente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consultas sobre regras de migração partidária. Mas, ao contrário das motivações político-eleitorais que regem os interesses, por exemplo, da Senadora Marta Suplicy (PT), que pretende disputar a prefeitura de São Paulo, Paim admite se filiar ao PMDB, PDT ou PSB e até mesmo fundar uma nova sigla se o Governo insistir em aprovar, no Congresso Nacional, medidas que endurecem as regras para concessão de benefícios trabalhistas, como seguro-desemprego, pensão por morte e seguro-defeso. Para o Senador, a população se sente "enganada" pelo Governo, que nas eleições de outubro prometera manter intactas as conquistas previstas em lei. "Em vez de aumentar a fiscalização contra a corrupção, o trabalhador é mais uma vez chamado para pagar a conta", diz. Leia a entrevista ao *site* da *Veja*.

COMO O SENHOR PRETENDE ATUAR NAS DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS QUE AFETAM OS DIREITOS DOS TRABALHADORES?

Eu fiquei constrangido e perplexo com as duas medidas provisórias que tiram direito dos trabalhadores. E essa não é uma reação só minha, é de todas as centrais, de todas as confederações, sindicatos, associações de trabalhadores, que não concordam com o que o Governo fez. Sou o último dos parlamentares do PT que participou da Constituinte e ainda está em atividade, sempre em uma linha de coerência. Como é que a essa altura do campeonato eu vou votar contra pescador, contra a viúva, contra o trabalhador desempregado? Não tem sentido. Não tem como mexermos nesses direitos trabalhistas.

O Governo alega que são apenas correções e não supressão de direitos adquiridos. Claro que sou a favor de medidas moralizadoras. Mas a questão é ampliar a fiscalização, cruzar os dados nesses tempos de tecnologia para detectar as irregularidades. A gente sabe que dá para fazer. Podemos combater casos específicos de irregularidades, mas não fazer como o Governo, mudar a lei e diminuir o valor dos benefícios dos trabalhadores.

Não podemos aceitar que o Governo use a desculpa de moralizar quando na verdade quer trazer prejuízo para o conjunto dos assalariados brasileiros e aposentados. Está aí o PIB de 0,1%. Em época de recessão, todos sabemos que o desemprego está aumentando. No Rio Grande do Sul, mais de 22 mil trabalhadores no polo naval foram demitidos. Como vou aceitar essa nova quarentena para

o seguro-desemprego quando sabemos que a alta rotatividade é real?

POR QUE ACHA QUE A PRESIDENTE DILMA DECIDIU EDITAR AS MPS CONTRA OS TRABALHADORES?

Essas MPs vão na contramão de tudo que pregamos ao longo de nossas vidas. A base está, de fato, constrangida. Talvez a máquina do Governo não quis enfrentar um outro debate, que é a reforma tributária profunda para que de fato quem ganhe mais pague mais. Mas nesse País parece que é tudo ao contrário. Poderíamos ter enfrentado o debate de aumentar a fiscalização, mas o governo Dilma foi pelo caminho mais fácil. Poderíamos discutir como tributar fortunas, uma proposta defendida até pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Deveríamos chamar os empresários, os trabalhadores, a base do Governo, a oposição e dialogar sobre esses temas.

A Presidente Dilma então optou por punir os trabalhadores? Não usaria esse termo. Conheço a Dilma há mais de 30 anos, como conheço o Lula há mais de 30 também. Na minha primeira candidatura à Presidência do sindicato dos metalúrgicos, a Presidente Dilma e o então marido dela Carlos Araújo me ajudavam a entregar boletim na porta de fábrica. Por isso, não consigo assimilar que ela tenha optado por essas medidas contra os trabalhadores. Acho que o núcleo duro dentro do Governo, liderado pelo Ministro da Fazenda Joaquim Levy, ganhou

o debate interno e defende esse lado, que nos preocupa muito.

O SENHOR MANIFESTOU INTERESSE DE DEIXAR O PT POR CAUSA DO PACOTE DE AJUSTE FISCAL?

Nos debates internos do PT me disseram que, como eu discordava tanto do pacote antitrabalhador, eu deveria sair do PT. Se tiver que sair, eu saio mesmo, não tem problema nenhum. Não vou votar contra aquilo que eu escrevi durante toda a minha vida. O PT também escreveu esse discurso a favor do trabalhador durante toda a vida e agora mudou. Se não houver negociação, eu não tenho outro caminho a não ser deixar o PT. Será meio que natural, como as águas do rio irem em direção ao mar. A luta interna no PT é muito forte e muito dura. Se o Lula, com toda a popularidade que tinha na época, negociou a reforma da Previdência no seu governo e acabou concordando em votar um texto alternativo que ficou conhecido como PEC Paralela, por que nesse momento de crise a gente não negocia?

QUE CONSEQUÊNCIAS PROJETA PARA A IMAGEM DO GOVERNO CASO AS MEDIDAS SEJAM APROVADAS E DIMINUAM OS DIREITOS DO TRABALHADOR?

Ainda que o Governo ganhe e consiga emplacar as medidas de ajuste fiscal, isso vai ser um tiro no pé. O povo humilde, que já está indignado, quando vir que o pró-

prio Congresso consolidou esse desastre, vai se rebelar e alguém vai ter que pagar a conta politicamente. E quem vai pagar são todo o Congresso e os partidos aliados.

Como vão explicar que votaram contra o trabalhador? Não tem como explicar.

Principalmente diante da promessa nas eleições de não mudar os direitos trabalhistas. Isso é fato e é real. Com essas medidas, o Governo está se voltando contra eleitores que o apoiaram. E não tenho nenhuma dúvida de que essa fatia da população pode engrossar os protestos de rua marcados para 12 de abril. Sou um defensor da democracia, mas estamos colocando o próprio regime em xeque com medidas que não cabem.

COMO O SENHOR AVALIA A SITUAÇÃO DO GOVERNO, QUE QUER REVER OS BENEFÍCIOS TRABALHISTAS AO MESMO TEMPO EM QUE TEM DE LIDAR COM ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO?

Nesse escândalo do Carf, por exemplo, estimam fraudes de R$19 bilhões. Devemos combater a impunidade e a corrupção e aprovarmos uma lei dura para que aquele que roubou dinheiro da saúde, da educação e da habitação, além de condenações de cadeia, seja penalizado a devolver pelo menos o dobro do que roubou. Temos que assustar os corruptos. Já apresentei emenda à Constituição para tornar o crime de corrupção inafiançável e sem prescrição. Veja esse escândalo da Petrobras. Todos nós, em sã consciência, temos obrigação de exigir que se apro-

funde a investigação doa a quem doer. Quem se apropriou do dinheiro público vai ter que responder pelo que fez. Será que cortar o 14º salário a pessoas que ganham até dois salários mínimos é o que dá o impacto negativo nas contas da Previdência? Ou são os bilhões e bilhões que são desviados em escândalos de corrupção? Em vez de aumentar a fiscalização, o trabalhador é mais uma vez chamado para pagar a conta.

O SENHOR ACHA QUE O ELEITOR VAI SE INSURGIR CONTRA ESSAS MEDIDAS?

O Governo vai ficar em uma situação muito difícil se não buscar uma saída negociada nessas medidas trabalhistas. Queiramos ou não, a população se sente enganada. Essa população que tanto nos apoiou e que sempre votou no PT se sente enganada. Vai ser muito ruim e o reflexo vai ser já nas eleições do ano que vem, com o povo rejeitando os políticos que ele vincula a este governo. Seria muito mais fácil eu ficar quietinho no meu canto vendo a tempestade passar e dar uma de avestruz, mas aí o povo vem e dá um chute na bunda. É o que vai acontecer.

28-3-15 – *Veja*

O ajuste chama à responsabilidade também o andar de cima

O Senador Paulo Paim (PT-RS) é contra o pacote de ajuste fiscal do governo e afirma não ter condições de votar a favor da proposta.

O SR. SAIU DE UMA CONVERSA COM O EX-PRESIDENTE LULA DECIDIDO A TRABALHAR CONTRA AS MPS DO AJUSTE FISCAL. FOI UM CONSELHO DE LULA?

A conversa com o Presidente Lula foi muito positiva, tranquila. Relatei a ele meu constrangimento com as MPs nºs 664 e 665, chamadas de ajuste fiscal, mas que eu chamo de arrocho social. Não tenho condições de votar contra um pescador. Não posso dizer que o pescador que ganha o Bolsa Família não tem direito ao seguro-defeso: ou um, ou outro. Qual é a alegação? Que no período em que ele não está pescando, está ganhando o Bolsa Família? Mas o contra-argumento que eu coloco é que, durante o período em que ele está pescando, tem o Bolsa Família e tem o resultado da pesca. No período em que ele é proibido de pescar, em defesa do meio ambiente e da reprodução dos peixes, ele para de receber o fruto da pesca dele, o seguro-defeso entra para suprir a falta do resultado da pesca. Tem que continuar recebendo o Bolsa Família, que é uma renda complementar. Também

não posso retirar abono salarial do cidadão que ganha até dois salários mínimos, quando todos nós sabemos que existem empresas, inclusive estatais, que têm 14º e até 15º salário. E não são dois salários mínimos, chega a R$30 mil ou a R$50 mil.

LULA FOI CONTRA O AJUSTE?

Não digo que seja contrário. Ele falou com todas as letras que o Governo tem que negociar com as centrais e com o Congresso uma alternativa a essas MPs.

ELE FOI SOLIDÁRIO COM SUA DECISÃO DE VOTAR CONTRA AS MPS?

Foi solidário a mim. Perguntou onde está escrito no estatuto do partido que eu não posso votar contra o governo. Lula disse que as MPs do ajuste vão contra tudo aquilo que nós pregamos ao longo de nossas vidas e que eu sempre defendi dentro do Senado.

QUAL É A SUA PROPOSTA?

Tem que dividir esse tal de ajuste com o andar de cima. Por que dividir só com o andar de baixo? O trabalhador tem direito ao 14º para ter pelo menos um natal um pouquinho melhor. O valor é de apenas um salário mínimo. Vamos tirar? Reduzir este valor? Fomos nós que criamos o 14º como uma forma de distribuir mais renda. Não é isso que vai resolver o problema da Previdência. O grande devedor da Previdência não é o peãozinho que ganha até dois salários mínimos. A dívida dos grandes

devedores da Previdência ultrapassa R$500 bilhões. Há diversas formas de corrigir distorções e arrecadar mais sem tirar de quem mais precisa, daquele que recebe de dia para comer de noite. É isso que nós não conseguimos entender. Se é para votar contra os que mais precisam, prefiro voltar para casa.

O SR. PRETENDE SAIR DO PT?

Estou refletindo tudo isso. Tenho dialogado com inúmeros senadores que estão preocupados e com o olhar além do horizonte. As MPs foram a gota d'água que precisa ser olhada, porque ela pode virar uma tempestade. Elas entram em choque com tudo aquilo que a gente pregou ao longo das nossas vidas. Temos que olhar com sabedoria para essas coisas e com uma visão estratégica e tática para o futuro daqueles que defendem e querem que a gente construa uma sociedade melhor para todos. Se conseguirmos negociar as MPs e sair deste momento de confronto em que entramos entre governo e setores mais progressistas da sociedade, acho que dá para dar a volta por cima e continuar numa linha de crescimento, maturidade e responsabilidade com o momento da história.

AS RECENTES MANIFESTAÇÕES REFLETEM ESTE MOMENTO?

Sim. E isso deve ser pensado por todos nós. Não dá para desconhecer que houve o dia 15 de março. Não dá para negar que naquele 15 de março quase dois

milhões de pessoas foram às ruas. Não enxergar isso é um erro tático, estratégico e histórico, de desconhecimento da história da humanidade. Dizem que a maioria pertencia à classe média. Mas a história da humanidade mostra que a classe média influencia as classes de baixo. Seremos irresponsáveis se não soubermos avaliar este momento e mudar o rumo dessa história que está sendo construída, antes que essas classes todas rebeldes, que estão ficando inquietas, venham para a rua.

SE OLHARMOS PARA A HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL, ESTAMOS NA PIOR SITUAÇÃO?

R: Este é o pior momento, sem dúvida. Depois da era Collor, é o pior momento. Nunca vimos nas ruas tantos milhões de pessoas. O dia 15 de março me fez lembrar as Diretas Já. É uma situação complicada, que deixa a todos com uma certa fragilidade. Mas sempre cientes de que a democracia tem que ser fortalecida.

O SR. SE SENTIU TRAÍDO EM SUA CAUSA, COM A EDIÇÃO DAS MPS?

Vou repetir o que eu disse para o Lula: eu moro, em Canoas, num bairro de classe média. Mas moro do lado do Conjunto Habitacional Guajuviras. Quando Dilma ganhou as eleições, não foi o meu bairro que foi pra rua comemorar, foi Guajuviras o bairro pobre que eu ajudei a ocupar na década de 80, quando já era deputado. Foi essa gente humilde que festejou a vitó-

ria de Dilma. Agora, quando eu vou às comunidades ou à porta das fábricas, me perguntam o que aconteceu. As pessoas se sentem enganadas. Esse povo para quem eu dediquei toda a minha vida está se sentindo enganado.

O GOVERNO ARGUMENTA QUE ESTÁ CORRIGINDO DISTORÇÕES.

Mas corrigem distorções só no andar de baixo? Por que não trabalham também com o andar de cima? Poderiam debater a taxação das grandes fortunas ou das grandes heranças. Poderiam fazer a reforma tributária. Todo mundo sabe que quem paga imposto neste País é o pobre. O Governo precisaria enfrentar o debate da corrupção na arrecadação da Previdência e do FGTS. Quem faz o desvio de conduta ali não é o pobre, porque este faz o desconto na folha de pagamento. Os grandes devedores da Previdência não são os mais pobres. Os poderosos deste País devem, e devem muito para a Previdência. O Governo poderia cobrar deles. Por que não aumenta o número de fiscais do Trabalho, da Receita e da Previdência? Nós multiplicamos para mais de 200% o número de empresas. Nós dobramos o número de trabalhadores no mercado formal, saímos de 20 milhões e passamos para 40 milhões de trabalhadores com carteira assinada. Diminuímos pela metade o que tínhamos naquele período.

COM A POPULARIDADE TÃO BAIXA, O SR. ACREDITA QUE GOVERNO TENHA PODER POLÍTICO PARA TENTAR APROVAR ESSA PROPOSTA, QUE VAI CONTRA PODEROSAS FORÇAS POLÍTICAS ?

O ajuste pede para chamar à responsabilidade os brasileiros do andar de baixo, mas devia chamar também os do andar de cima. É preciso chamar as grandes forças políticas para um diálogo sobre esses temas. Elas não vão concordar com uns pontos, mas podem concordar com outros. Enquanto o mundo estava em crise, nós aqui estávamos em pleno emprego e praticamente todo mundo estava ganhando bem, tanto empregado quanto empregador. Agora, a coisa apertou para todo mundo. Ninguém quer quebrar o País, nem o empresariado nem o trabalhador. É preciso realizar uma grande concertação, um grande pacto para o País sair desta situação. Mas ninguém quer pagar a conta sozinho. É esta situação que está levando à indignação que vemos nas ruas.

ENTRE AS 47 EMENDAS QUE O SR. FEZ ÀS MPS, ESTÁ O FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO, USADO NO CÁLCULO DA APOSENTADORIA PROPORCIONAL. O SR. ACHA QUE CABE DISCUTIR O TEMA AGORA?

O fator previdenciário já fez toda maldade que poderia fazer. Hoje ele depõe contra o trabalhador e contra o Governo. Por isso acho que este é, sim, o momento apropriado. Hoje, alguém que está na fábrica ganhando R$10 mil, se aposenta pelo fator e continua trabalhando na fábrica. Passa a ganhar R$13 mil. Mais na frente, entra com o instituto da desapo-

sentação e vai se aposentar com o salário integral da Previdência. A tal de hipótese de que o fator inibe a aposentadoria precoce é bobagem. Qualquer técnico vê isso.

QUE FÓRMULA O SR. DEFENDE?

A fórmula 85/95 que já existe para o servidor. A mulher se aposentaria com 55 anos de idade e 30 de contribuição. O homem com 60 de idade e 35 de contribuição. Estaríamos entrando na idade mínima. Hoje as pessoas se aposentam com 50 anos. O governo tem que enfrentar esse tema. Chamar os especialistas para conversar. Não se trata de novidade, porque já existe para o servidor público. Só vai estender para o Regime Geral da Previdência.

O MINISTRO DA PREVIDÊNCIA, CARLOS GABAS, JÁ SE DISSE FAVORÁVEL, MAS NÃO ACHA APROPRIADO DISCUTIR O FATOR PREVIDENCIÁRIO AGORA. HÁ ESPAÇO?

Antes dele, Garibaldi (Alves, antecessor de Gabas) já dava sinais de que concordaria e de que já estaria no momento de discutir. Gabas deu entrevistas falando a favor. As pessoas que entendem do assunto concordam. Poderíamos pegar esse pacote que o governo mandou e fazer do limão uma limonada, ajustar o pacote. As centrais sindicais estão certas quando falam que o correto seria devolver as MPs. Mas eu até aceito discutir e fazer aquilo que é possível, melhorando a redação para os trabalhadores e colocar na discussão o fator.

QUE PONTOS O SR. JULGA FUNDAMENTAL SEREM ALTERADOS?

Além do fator previdenciário, diminuir a loucura do seguro-desemprego. Numa rotatividade como a que existe no País, não há como o trabalhador esperar 18 meses para receber o seguro-desemprego. Também é preciso mexer nos 50% das viúvas, subir aquilo lá. Tirar essa bobagem do pescador. Se existe fraude, fiscaliza, confere. Há pelo menos quatro ou cinco pontos que precisam ser ajustados. O abono também não precisa mexer. Há quem diga que mexer no abono é inconstitucional porque ninguém pode ganhar menos que um salário mínimo.

NO PRIMEIRO MANDATO DO PRESIDENTE LULA TAMBÉM HOUVE UMA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, DA QUAL O SR. PARTICIPOU. QUAL A DIFERENÇA ENTRE AQUELE DEBATE E ESTE?

Lula veio com todo fôlego, tinha muita gordura para gastar e uma credibilidade enorme. Tive um embate duro com os ministros dele na época. Conversando com Lula, chegamos à ideia da PEC Paralela. A primeira vez que recebi uma vaia na vida foi quando defendi a PEC Paralela. Ninguém acreditava que eu fosse conseguir aprovar. Os trabalhadores diziam que era um engodo. Mas o Governo negociou e conseguimos aprová-la um ano depois da reforma previdenciária. Até hoje os trabalhadores agradecem pela PEC Paralela.

NAQUELA ÉPOCA, VÁRIOS POLÍTICOS DEIXARAM O PT E ACABOU SENDO CRIADO O PSOL. ESTAMOS VIVENDO ALGO PARECIDO? HAVERÁ UMA DEBANDADA?

A Marta (Suplicy) está aí. Há um descontentamento muito grande. No Senado as pessoas estão se sentindo incomodadas e desconfortáveis. Não só com as MPs, mas com o rumo que está sendo dado. Esperamos que a gente consiga avançar no diálogo. Se não avançar, haverá sequelas.

A CONSEQUÊNCIA PODERÁ SER A CRIAÇÃO DE UM NOVO PARTIDO, OU O SR. PRETENDE ENTRAR EM OUTRO JÁ EXISTENTE?

Fazer uma fusão é interessante. Se já existe uma estrutura, é possível fundir com outro partido e não perder o mandato.

O QUE SERÁ FEITO DO PT?

O PT segue sua história.

MAS O SR. É FIGURA HISTÓRICA NO PT.

O PT precisa voltar às suas raízes. Voltar não é retroceder. Voltar às suas raízes significa cultivar a essência dessa matriz que foi sonhada e embalada por todos nós que fazíamos campanha de bicicleta, a pé, com bandeira na mão por todo o País. Hoje as bicicletas são as redes sociais. É preciso olhar para além do horizonte sabendo que a gente pode continuar neste sonho e chegar lá. Se o PT não fizer essa reflexão de caminhada coletiva, como

foi no passado, e ficar só um ou outro pensando em se eleger para isto ou para aquilo, preocupado com cargo, teremos uma situação ruim para o PT.

COMO O SR. AVALIA A ATUAÇÃO DOS MINISTROS DA COORDENAÇÃO POLÍTICA NO DIÁLOGO COM O CONGRESSO?

A política de um presidente tem que ser a de um estadista. Se não der a linha, os comandados não sabem como agir. Eu não quero, e seria descabido, desleal, apontar um ou outro ministro. Compete à Presidenta dar a linha para os seus comandados e eles é que têm que seguir esta linha e fazer irradiar o seu ponto de vista e construção da política. Não são eles que têm que dar o tom. É a Presidenta.

E ONDE ESTÁ A FALHA?

Está na forma como nós – não só o PT, mas toda essa composição que hoje governa – estamos dirigindo o País. O Governo não está bem. E o PT tem a obrigação de, com uma certa rebeldia, contribuir para que se volte para os trilhos.

É POSSÍVEL VOLTAR TER A PUREZA DO PARTIDO E CONVIVER COM O PODER?

É possível. O PT sairá desta caminhada tão tumultuada se souber extrair o que há de melhor para o crescimento, sabendo entender o momento que todos passamos.

ISSO INCLUI OS RECENTES ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO, QUE COMEÇARAM COM O MENSALÃO?

Inclui. Tanto o Mensalão quanto o Petrolão são condutas que nós, da base petista, não aceitamos.

A QUE O SR. ATRIBUI ESSES CASOS DE PROPINA. ATENDEM A INTERESSES INDIVIDUAIS, IDEOLÓGICOS, PARA FORTALECER O PARTIDO, OU REFLETEM O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO?

São indivíduos que se posicionaram de forma deslumbrada com o poder e tiveram desvio de conduta. Não dá para cair no jargão de que todo político é ladrão. Um deputado me contou a história do filho dele. Quando descobriram que o garoto era filho de deputado, as outras crianças passaram a dizer "é filho de ladrão. Se é filho de ladrão, ladrãozinho é". Não dá para a gente condenar as instituições pelo erro de alguns. Quem fez o erro vai ter que responder pelo erro que fez. Mas não há sistema melhor no mundo do que a democracia. Temos que defender a democracia, apesar dos indivíduos que erraram.

DE QUE MANEIRA A REFORMA POLÍTICA, QUE ESTÁ EM DISCUSSÃO NO CONGRESSO, PODERIA CONTRIBUIR?

O grande problema é o financiamento privado de campanha. Se para a população não cai bem aprovar um projeto de financiamento totalmente público, então deve se

limitar. O candidato não poderá gastar mais do que "x", que este "x" seja algo decente para todos os candidatos. Num País como o nosso, não pode o cara gastar R$40 milhões para se eleger senador ou R$20 milhões para se eleger deputado. Isto é vender a alma para o diabo. Nenhuma empresa vai financiar campanha sem cobrar o preço. Quando as forças econômicas passam a dominar o Congresso Nacional, há um vinculo automático com a corrupção no imaginário das pessoas.

O SR. ACREDITA QUE, COM A QUEDA DA POPULARIDADE, A PRESIDENTA PERDEU A INICIATIVA POLÍTICA?

Ela tem que agir mais. Para agir mais, tem que chamar os atores. Sozinha, ela não vai fazer nada. Eu chamaria inclusive os ex-presidentes da República para a mesa. O momento da economia nacional é tão complexo que é preciso ter a humildade de que cometeu alguns equívocos e fazer os ajustes junto com os outros. O processo eleitoral será daqui a três anos, quem ganhou, ganhou.

MAS ELA TERÁ ESSA HUMILDADE? TERÁ CAPACIDADE DE CEDER?

Há momentos na vida que, por mais que se tenha posição firmada, não tem como não mudar de rumo ou vai ser atropelada. Isso ninguém quer. Faço críticas a Dilma, mas a conheço há mais de 30 anos, quando era sindicalista, e sei da inteligência e da capacidade dela. Dilma e Carlos Araújo (ex-marido de Dilma) fizeram minha

campanha de oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos, entregavam boletim em porta de fábrica. Ela sempre me apoiou nas minhas candidaturas a deputado e senador.

QUANDO FOI A ÚLTIMA VEZ QUE O SR. CONVERSOU COM A PRESIDENTA?

A última vez que tive esta oportunidade foi em 2010, na negociação da política do salário mínimo. Eu tinha e tenho uma visão de que não se pode excluir os aposentados do cálculo do PIB. Ela me chamou, fez uma longa discussão para convencer de que não era possível incluir os aposentados. Mas eu pedi a ela a garantia de que esse debate, para incluir os aposentados, continuaria. Ela disse que sim.

O QUE LULA ESPERA DO GOVERNO?

O que Lula fala é que a Presidenta tem que conversar mais, dialogar mais, chamar os poderes constituídos. É a arte de fazer política.

ELE ACHA QUE TEM QUE TROCAR MINISTRO?

R: Comigo ele não fala em troca de ministro. O que ele fala é que tem de gostar de conversar. Fui constituinte com Lula. É um grande articulador. E no palanque só conheci dois com a capacidade de contaminar as pessoas: Lula e Brizola. O Brasil precisa de estadista para ajudar esta grande concertação, independente de ser situação ou oposição. No momento, tem que dialogar, inclusive com a oposição.

ELA COLOCOU NO MINISTÉRIO DA FAZENDA JOAQUIM LEVY, CONSIDERADO UM GRANDE FISCALISTA, RESPEITADO PELO MERCADO. O AJUSTE QUE O SR. CRITICA É CONDUZIDO POR ELE. ONDE LEVY ERROU?

O grande erro desse fiscalista que o Governo contratou foi que ele só atacou o andar de baixo. Só atacou a gente do porão. Essa gente que mais sofreu e que mais nos apoiou ao longo da nossa história.

O SENADO DISCUTIRÁ ESTA SEMANA O PROJETO DA CÂMARA QUE OBRIGA O GOVERNO A CUMPRIR A LEI, SANCIONADA EM NOVEMBRO, QUE MUDA O INDEXADOR DA DÍVIDA DOS ESTADOS. ESTE É UM ASSUNTO DE INTERESSE DO SEU ESTADO. COMO O SR. VAI SE POSICIONAR?

Votarei tranquilamente e de cabeça erguida pelo projeto que revê as dívidas dos estados. O Congresso aprovou e a Presidenta sancionou, mas não regulamentou. Temos que ter clareza que o nosso papel aqui é negociar. O Governo errou e vamos reconhecer que errou. O espaço do Congresso é para negociar. Se o Governo errou, corrigimos o erro aqui. Faz parte da democracia.

O PROBLEMA ESTÁ NO GOVERNO, NA PRESIDENTA OU NO PT?

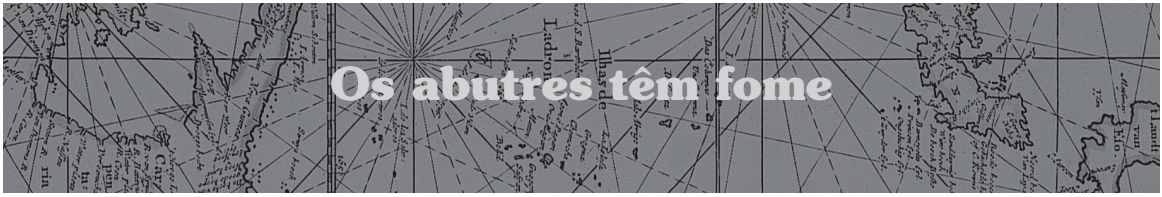
É voz corrente que está havendo a falta de diálogo. Falta admitir o que está errado e dar os passos para colocar o

Brasil nos trilhos. Por que não chamar o Conselhão da época do Lula? Tem que chamar o empresário, chamar o trabalhador. O que não dá é para atender só de um lado e não ter contrapartida nenhuma para o trabalhador. Com todo este problema que o Governo está enfrentando aqui, eu estou tentando conversar, colocar a minha posição para o Governo. Com quem eu consegui conversar? Só com o ex-Presidente Lula, que me recebeu como recebia quando era presidente. Ligava para ele e imediatamente ele me chamava lá para perguntar qual era o problema e de que forma poderia ajudar. Lula sempre estava disposto a ouvir e buscar soluções juntos.

E DILMA, NÃO?

Falta diálogo ao Governo, falta comunicação. Isso é a voz corrente.

30-3-15 – *Brasil Econômico*



Os abutres têm fome

A conjuntura requer forte capacidade de articulação e mobilização. Os brasileiros já estão indo às ruas e praças do nosso país mostrando sua indignação, levantando seus cartazes, tocando seus tambores e gritando até a voz ficar rouca. É o único jeito de chamar a atenção dos poderosos em Brasília.

Desde o início da década passada, vem sendo gestado no Congresso Nacional um processo para acabar com os direitos trabalhistas e previdenciários da nossa gente.

A primeira tentativa foi em 2001, com o PL nº 5483. Em certa ocasião, enquanto eu discursava, destaquei algumas folhas da Constituição para, simbolicamente, demonstrar que o projeto arrancava a alma e o coração dos direitos dos trabalhadores. Em seguida, provocado por palavras racistas, arremessei o exemplar da Constituição na direção da Mesa, atingindo deputados da base governista.

Nilson Mourão, então Deputado do PT do Acre, ponderou que não poderíamos enfrentar o debate "enquadrados numa ordem hipócrita e injusta", afirmando que "O nosso partido é reconhecido como o partido das causas populares, que defende os pobres, os explorados, os

esquecidos, os aposentados, os trabalhadores". Em 2003 conseguimos arquivar o projeto no Senado.

Em 2004 surge uma nova tentativa de ferir a dignidade do trabalhador, por meio da apresentação do PL nº 4330 que trata da terceirização. Infelizmente essa proposta foi aprovada no último dia 8 de abril pela Câmara dos Deputados. Em breve esse projeto estará tramitando no Senado Federal. Não bastasse isso, temos a nossa frente o PL nº 951/11, que cria o Simples Trabalhista e o PL nº 1463/11, que prevê um novo Código do Trabalho.

Neste "ovo da serpente" encontram-se, ainda, as MPs nºs 664 e 665. Sobre essas medidas o Dieese emitiu a seguinte nota técnica: "Por mais que o Governo alegue que não há retirada de direitos dos trabalhadores, as novas regras limitam o acesso de milhões de brasileiros a esses benefícios, o que na prática, significa privar parcela mais vulnerável da população de benefícios que lhes eram assegurados".

Para mim o objetivo é claro: acabar com a CLT, criada em 1943, ou seja, sepultar a "Era Vargas" e os artigos da Constituição Cidadã de 1988 que tratam dos direitos sociais. Pois é aí, nessas duas "pedras sagradas", que direitos, tal como carteira de trabalho, previdência social, seguro-desemprego, vale-transporte, férias, 13º salário, FGTS, salário-mínimo, adicionais, entre outros, se encontram assegurados.

Sempre que irrompe uma crise econômica, os governos do Brasil se utilizam da fórmula mais simples, mais desprovida de diálogo, ortodoxa, para não dizer a mais

grosseira: fazer a corda arrebentar no lado mais fraco. Aqueles que ganham um, dois, três salários mínimos são os atingidos e passam a ser servidos à mesa das piranhas do mercado financeiro.

Vale registrar que, até mesmo os Estados Unidos, nos anos 30, em plena crise, implantou uma série de medidas, entre elas a criação de um enorme programa de ajuda para os desempregados e o aumento de impostos para os mais ricos, ou seja, o "andar de cima" foi chamado a contribuir.

Infelizmente, no contexto atual vemos, também, que a representatividade da classe trabalhadora no Congresso Nacional perdeu força e foi reduzida em quase 50%. Somando-se a isso, temos um aumento do número de saqueadores da dignidade da nossa nação: corruptos e corruptores.

Creio que os movimentos sindical e social não estão se dando conta da gravidade da situação. A conjuntura requer forte capacidade de articulação e mobilização. Os brasileiros já estão indo às ruas e praças do nosso país mostrando sua indignação, levantando seus cartazes, tocando seus tambores e gritando até a voz ficar rouca. É o único jeito de chamar a atenção dos poderosos em Brasília.

De minha parte, e daqueles que ainda são fiéis a sua história e as suas raízes, só há um caminho a seguir: o da resistência, fazendo o bom combate com as armas do diálogo e da negociação.

Todo esse contexto me faz lembrar um filme muito antigo. O cenário se passa no século 19, quando "a lei do mais forte" prevalecia. Trata-se de um faroeste sobre homens, mercenários, deslealdade e muros falsos: "Os abutres têm fome".

15-4-15 – *Correio Brasiliense*

NCST
NOVA
CENTRAL
NCST
NOVA

1º de maio: dia de resistência

"O massacre vivido nas ruas de Curitiba anuncia um período de mais lutas, e não de comemorações, como nos querem confundir", diz Paulo Paim. Uma das próximas batalhas a vencer é o projeto de lei da terceirização

A data histórica cunhada pela Internacional Socialista em homenagem à luta dos operários de Chicago executados em luta nas ruas em 1886 tem sido apresentada em "novas roupagens". Alguns insistem em nominar data tão importante, o Dia do Trabalhador, como Dia do Trabalho. Ora, essa confusão nos parece mais um duro golpe contra aqueles que movem o mundo, afinal. Infelizmente, não há o que "celebrar" como alguns querem fazer crer, nem tampouco esperamos que a classe trabalhadora possa se alegrar com os retrocessos e a onda reacionária que ataca, relembrando até mesmo os dias de chumbo da ditadura. A violência que explodiu contra professores, repórteres e crianças no Paraná nos trouxeram as piores memórias de um tempo em que os trabalhadores foram feridos de morte incontáveis vezes. Por acaso nos esquecemos o que foram os intermináveis 21 anos que afundaram o Brasil em violências e opressão?

Acho que no Paraná e para alguns gabinetes do Congresso sim. As imagens ainda perpassam minha mente,

enquanto crianças choravam o trauma de uma situação de choque, enquanto professores e jornalistas eram conduzidos aos hospitais ou à emergência improvisada no prédio da Prefeitura de Curitiba. E ouvindo hoje, na Comissão de Direitos Humanos no Senado, o relato da Senadora Gleise Hoffman sobre o que viu e acompanhou com o Senador Requião, percebi que algo terrível ronda nossas liberdades democráticas.

Durante os ataques da Polícia Militar paranaense a seu próprio povo, 50 policiais se recusaram a participar do cerco, e deles, 17 estão presos. A PM já fala em exoneração de alguns dos envolvidos. Por que será que tais profissionais da segurança teriam se recusado a agredir os trabalhadores? Isso é mais um claro sinal do excesso promovido.

O Presidente brasileiro Washington Luís, no final dos anos 20, definiu o que para ele representavam as "questões sociais". "Questão social é caso de polícia!", afirmou o Presidente. Estaria o Brasil retornando ao século 20, 100 anos atrás, para buscar referências de gestão pública?

O massacre vivido nas ruas de Curitiba anuncia um período de mais lutas, e não de comemorações, como nos querem confundir. O confisco de recursos dos professores do Paraná, promovido pelo governo e amparado legalmente pelos deputados estaduais, é uma caricatura grosseira de medidas conservadoras que podem atingir tantos outros milhões de brasileiros. O Projeto de Lei da Terceirização, PL nº 4330, aprovado na última semana e já em debate no Senado Federal, é outro prenúncio de

mais desgraças que se abaterão sobre nossa gente. Não permitiremos que isso avance, não há mais como aceitarmos tamanhos atentados contra o povo brasileiro.

Por algum bom senso com sua trajetória, o Governo Federal recuou quanto às Medidas Provisórias nºs 664 e 665, apesar de não retirá-las de pauta por inteiro. Soube recuar na hora certa, pois seria impossível aos movimentos sociais, de trabalhadores, aposentados e pensionistas aceitar o texto como estava. Mas é fundamental que esta nova redação trate do fator previdenciário. Seguimos peleando enquanto o processo estiver em debate, já que são tão poucas as vozes que se levantam em favor daqueles que mantém a produção de tudo que há, e seguem suportando um país no braço firme de quem não desiste nunca.

Esperamos que haja mais bom senso do empresariado, que se agiganta nas casas legislativas do País afora. Convidamos todos os brasileiros e brasileiras do País a refletir sobre que sistema político é esse, em que o dinheiro tem garantido *lobbies* e eleições, mas os trabalhadores e trabalhadoras não conseguem ter suas vozes respeitadas na garantia de direitos. Sendo inclusive proibidos de entrar nas Casas que deveriam ser do povo, como a Câmara dos Deputados e a Assembleia do Paraná. A reforma política democrática e com participação popular, como propõe a CNBB e a OAB com o Movimento Contra a Corrupção Eleitoral (MCCE), pode ser o caminho para que o parlamento seja enfim a real representação da sociedade, em sua diversidade e composição.

Crises econômicas ou governamentais sempre existirão. A política tem seus altos e baixos, mas não é pelas saídas mais cômodas, cortando cabeças e empregos ou precarizando suas condições que faremos um crescimento realmente sustentável, que possa reerguer o País.

Seguimos nessa luta e estaremos solidários aos trabalhadores nas ruas, por este Brasil pujante, lembrando sempre do 1º de maio, Dia do Trabalhador, como nosso fanal de lutas e conquistas contra retrocessos. O massacre dos trabalhadores de Chicago não será esquecido. O massacre contra os professores e professoras de Curitiba será sempre lembrado. E que o Brasil seja solo de um futuro maior pela resistência de seu povo.

1-5-15 – *Congresso em Foco*

"O PT tem que voltar às suas raízes", afirma Paim sobre direitos trabalhistas

Em entrevista à Fórum, o Senador Paulo Paim (PT-RS) critica o corte de benefícios dos trabalhadores em decorrência do ajuste fiscal do governo e afirma que o PT precisa lembrar do contexto em que foi criado, "embalado nos sonhos de milhões de brasileiros"

A Medida Provisória nº 665/2014 – primeira entre as ações do ajuste fiscal, que dificulta o acesso à concessão de benefícios como o seguro-desemprego e o abono salarial – será analisada pelo Senado nos próximos dias. E, se depender do Senador Paulo Paim (PT-RS), haverá muita discussão a respeito do tema. Ele pretende apresentar emendas para modificar a redação não só desta, mas também da MP nº 664/2014, que traz obstáculos para a concessão de benefícios por morte.

Na tarde desta segunda-feira (11), *Fórum* conversou com o parlamentar sobre essas e outras questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores no Brasil e a responsabilidade do PT na defesa da categoria. Confira abaixo a entrevista na íntegra:

FÓRUM – SENADOR, POR GENTILEZA, EXPLIQUE UM POUCO SOBRE AS SUGESTÕES DE ALTERAÇÃO NO TEXTO DAS MPS Nºs 664 E 665 E

DE QUE FORMA ELAS PODERÃO DIMINUIR OS SACRIFÍCIOS NO BOLSO DO TRABALHADOR, DIANTE DO AJUSTE FISCAL PROMOVIDO PELO GOVERNO.

Paulo Paim – O que a gente nota é que está havendo uma onda conservadora nos direitos dos trabalhadores, capitaneada pelo projeto da terceirização. Terá uma audiência pública na quinta-feira [no Senado Federal], que leva o título de "A Lei Áurea, Terceirização e o Combate ao Trabalho Escravo". Já mostra a nossa indignação com esse projeto.

A outra questão são as duas MPs, que nos preocupam muito, e trazem prejuízos, por exemplo, para o trabalhador da área rural, o trabalhador da área pública, o pescador, as viúvas e quem depende do seguro-desemprego. Estamos mexendo no andar de baixo, naqueles que mais precisam. Isso, no meu entendimento, é inaceitável. Irei votar contra as duas MPs, para trazer menos prejuízos aos trabalhadores brasileiros. E vou expor esse meu ponto de vista à bancada amanhã.

E ESPERA ENFRENTAR MUITA RESISTÊNCIA?

Paulo Paim – É bem provável que alguns senadores não concordem com o meu ponto de vista, mas vou solicitar que tenha liberdade no meu voto, como sempre.

ESTAMOS VIVENDO UM MOMENTO PARTICULARMENTE DIFÍCIL PARA A CLASSE TRABALHADORA, NÃO SÓ POR ESSAS MEDIDAS, MAS

PELO MASSACRE QUE VIMOS OCORRER NO PARANÁ, O PL DA TERCEIRIZAÇÃO, O FATO DE O PRESIDENTE DA CÂMARA, DE FORMA ARBITRÁRIA, SEQUER DEIXAR OS SINDICALISTAS ENTRAREM NA CASA.

Paulo Paim – Concordo com você. Estamos vivendo isso no Brasil e, se analisarmos a complexidade, é o pior momento no período pós-ditadura. É um momento muito difícil. Taxa de juros alta, financiamentos sendo diminuídos – em programas como o Minha Casa, Minha Vida e o Fies –, a situação dos brasileiros que estudam no exterior. E, além dessa situação conjuntural no país, há uma onda muito conservadora vindo da Câmara para o Senado.

Quero conversar com o Presidente [do Senado] Renan Calheiros para que tenhamos uma pauta positiva contra essa onda de atraso que está chegando. Nossa posição tem que ser muito firme para montar uma frente progressista. O projeto que encabeça a nossa discordância é o da terceirização. Queremos fazer um bom combate aqui dentro e buscar a mobilização lá fora para que não aceitemos o retrocesso.

ENTÃO, A SAÍDA É INTENSIFICAR A PRESSÃO.

Paulo Paim – Tem que pressionar. Tem que ficar muito claro, mostrar que o povo tem condições de fazer esse bom combate e uma delas é o voto. É deixar que os políticos entendam que a arma do povo é o voto e ele tem ser usado para mostrar seu descontentamento àqueles que

só buscam o bem pessoal, trazendo um prejuízo enorme ao conjunto da população brasileira.

Além de votar mudanças nas MPs, vou insistir muito na questão do fator previdenciário, que é uma lei cruel, cortando pela metade o salário dos trabalhadores no ato da aposentadoria. É uma injustiça enorme.

NÃO É HORA DE O PT DIZER A QUE VEIO E ASSUMIR A DEFESA DOS TRABALHADORES?

Paulo Paim – Ele tem que voltar às suas raízes, que foram embaladas nos sonhos de milhões e milhões de brasileiros. Ele veio para combater a impunidade e a corrupção, defender os trabalhadores do campo e da cidade, para que haja direitos iguais para todos. E não tirar daqueles que ajudam a mobilizar a economia e são uma mola propulsora do mercado interno.

1-5-15 – *Fórum*

Sobre o 13 de Maio

O Brasil precisa sentir-se responsável pela perpetuação da condição de escravidão, que ainda hoje existe, em decorrência dos inúmeros obstáculos que o povo negro enfrenta no âmbito cultural, educacional, social, político e econômico.

É certo que a Lei Áurea acabou com a escravidão no dia 13 de Maio de 1888 no campo formal, mas o que aconteceu no dia 14 de Maio?

O sociólogo e político Florestan Fernandes em um de seus clássicos, "A integração do negro na sociedade de classes", diz:

"A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel".

A população negra foi liberta. Mas a ela não foi dado o mínimo de cidadania. Os negros foram largados à própria sorte, sem escolas, sem moradia, sem trabalho, sem o mínimo legal para poder sobreviver. Portanto, o Estado não foi capaz de criar uma política de inserção para essas pessoas.

Com a luta do movimento negro, o Estado começa a reconhecer esta dívida, e inicia um processo de implantação de ações afirmativas para inclusão em todos os espaços da sociedade.

No ano de 2003 é criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, uma ferramenta muito importante para o combate ao racismo e para promoção de políticas públicas de igualdade racial.

Sabemos que a educação é a base estruturante de qualquer sociedade desenvolvida socialmente e economicamente, e foi por isso, que eu ajudei a aprovar a Lei nº 10.639/03. Esta lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Em 2008 a Lei nº 10.639 sofre uma complementação positiva: a inclusão da história da população indígena nos currículos escolares.

No dia 20 de julho de 2010 é publicado o Estatuto da Igualdade Racial (12.288/10): lei federal originária de projeto de minha autoria. O Estatuto é fruto de muitos

debates e audiências públicas, debates nas praças, escolas, sindicatos, em todos os espaços de construção política.

Não foi fácil conseguir fazer com que o Estatuto da Igualdade Racial seja a legislação mais completa para a população negra. Ele é a ferramenta que norteia a maioria dos processos de implantação de políticas públicas para promoção da igualdade racial.

Em 2012 depois de um árduo embate e sensibilização é sancionada a Lei nº 12.711, mais conhecida como lei de cotas. Ela dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Esta é uma vitória do movimento negro e toda a sociedade comprometida com o desenvolvimento do Brasil.

Temos um grande caminho a trilhar para que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade, mas não iremos desistir jamais, enquanto o povo negro não estiver amparado em nossa sociedade, com plenas condições de oportunidades.

Mas afinal, onde estão hoje os negros em nosso País? Infelizmente quando olho para os lados não enxergo. É fundamental que eles se apoderem dos espaços de decisões deste país e principalmente da política brasileira.

Somos mais de 51% da população brasileira, mas ainda não nos encontramos no Legislativo e no Executivo. Conforme dados da Revista *Congresso em Foco* e do TSE, nesta última eleição, dos 27 governadores eleitos, 20 são

brancos. Nenhum dos parlamentares declarou-se preto ou indígena.

No Congresso Nacional, de cada 100 cadeiras, 80 foram ocupadas por políticos que se declararam como brancos. Dos 540 congressistas eleitos, 81 deputados e cinco senadores se declaram pardos e apenas 22 eleitos para Câmara Federal se identificam como pretos.

No Senado, entre os 27 parlamentares eleitos nas eleições de 2014, nenhum se declara negro. Atualmente os únicos senadores que se declaram negros somos, eu e o Senador Magno Malta.

É importante lutar para que juntos possamos combater medidas devastadoras, que reduzem os direitos do povo brasileiro, do pobre, dos negros, dos trabalhadores e trabalhadoras.

O PL nº 4.330/04 está aí. Ele amplia as possibilidades de terceirização para todos os setores, inclusive nas vagas relacionadas à atividade fim das empresas contratantes. A sua aprovação é a revogação da Lei Áurea. Sou favorável à regulamentação, mas não do jeito que estão querendo fazer, temos que ter limites. Quem serão os penalizados se esta proposta for aprovada? Será o nosso povo pobre, será o nosso povo negro, que ainda hoje se encontra nos cargos de mais baixo calão. Porque será?

Para que retrocessos como esse não aconteçam, clamo a juventude, clamo os movimentos sociais, clamo a todos os cidadãos e cidadãs conscientes, clamo as trabalhadoras e trabalhadores, clamo a todos: venham participar

da política, venham construir, lutar, discutir pelos seus direitos, pois vivemos em um País democrático e a força da participação faz a diferença.

O Mapa da Violência de 2014 informa que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

Dados do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios, em 2012 no Brasil, eram jovens (30.072), equivalente a 53,37%, dos quais 77% eram negros (pretos e pardos).

Além de reais, esses dados são absurdos, pois o Brasil está determinando quem morre e em que faixa etária isto irá acontecer.

Diante deste genocídio foi instalada no Senado Federal uma CPI para investigar o assassinato de jovens. Sou o Vice-Presidente. A Senadora Lídice da Mata é a Presidente e o Senador Lindberg Faria, o relator. A CPI seria especificamente para tratar da morte dos jovens negros, porém outros parlamentares propuseram que a mesma tratasse de todos os jovens.

Estamos passando por um momento político delicado. Precisamos de mentes brilhantes, desbravadoras, com jovialidade para transformar, com imaginação para criar, e transformar este Brasil de muitos Brasis, em uma pátria mais igualitária.

13-5-15 – *Portal Vermelho*

Abdias Nascimento
GRANDES VULTOS
QUE HONRARAM O SENADO
Elisa Larkin Nascimento
Senador Paulo Paim

Olhos desumanos

Temos muito ainda a aprender com a democracia e com a liberdade. Elas, juntas, são águas da mesma vertente, da mesma pedra que, se bem lapidada, dá o suporte necessário para o universo dos direitos humanos.

Kaputt (do alemão: quebrado, acabado, destroçado), obra do italiano Curzio Malaparte, pseudônimo do jornalista Kurt Erich Suckert, lançado em 1944, faz um relato da crueldade da 2ª Guerra. Ano passado essa obra recebeu uma refinada adaptação, versão em quadrinhos, assinada pelo brasileiro Eloar Guazzeli Filho.

Há uma cena estarrecedora: um oficial nazista diz a um menino que não foi ele quem inventou a guerra. E então propõe um desafio: Escute, eu tenho um olho de vidro. É difícil distingui-lo do verdadeiro. Se você descobrir qual é, deixo você ir. O menino não hesita: O olho esquerdo. O oficial fica espantado. Pergunta como ele conseguiu diferenciar. O garoto explica: Porque, dos dois, é o único que tem algo de humano.

No mundo atual, em que existem guerras, intolerância religiosa, fanatismo ideológico, homofobia, racismo, tráfico de drogas, destruição da natureza pelo homem, mortes por fome, inquestionavelmente, *Kaputt* continua

atualíssimo. Uma leitura obrigatória para todos nós e, principalmente, para aqueles que não respeitam os direitos humanos e não sabem conviver com a democracia e a liberdade.

Há trinta anos saímos de um regime de exceção. De uma ditadura que interrompeu sonhos e esperanças. Portanto, a democracia brasileira é recente e, por isso mesmo, temos a obrigação de regá-la todos os dias. Devemos ficar atentos aos movimentos que vão de encontro as nossas mais sagradas conquistas democráticas, constitucionais e dos direitos humanos.

A violência e a falta de segurança são ataques a tudo isso. Segundo a Unicef, mais de 40 mil jovens, de 12 a 18 anos, poderão ser vítimas de homicídios no Brasil, entre os anos 2013 e 2019. A maioria será de jovens negros. Todos os dias há notícias de pessoas que morrem por falta de atendimento. Faltam médicos, enfermeiros, leitos, medicação. Isso atinge a nossa democracia.

A professora de Relações Internacionais, Tatiane Cassimiro, lembra que as minorias étnicas, as mulheres, crianças, pessoas com deficiência e aqueles que possuem baixo nível socioeconômico são os que mais sofrem com os efeitos da corrupção, já que esses têm escassos acessos a serviços de natureza essencial e com péssima qualidade, como saúde e educação. Lembro também que tramita no Congresso o PLS nº 206/2015 que prevê cadeia e multa em dobro equivalente ao montante desviado indevidamente. Será que é tão difícil nós entendermos que a

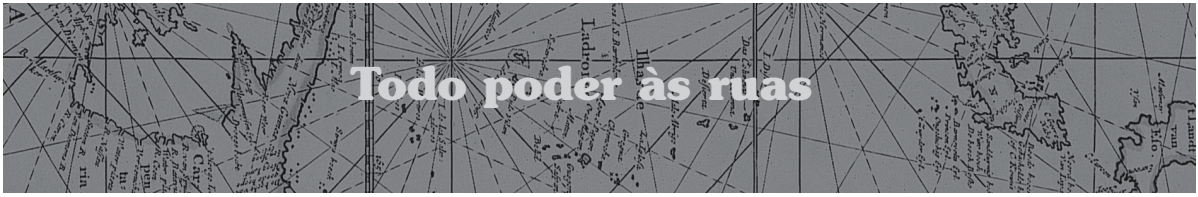
corrupção é uma afronta a vida das pessoas? Ela também cerceia sonhos e esperanças.

É inadmissível que direitos trabalhistas e previdenciários sejam alvo de ataques. As MPs nºs 664 e 665 estão aí. Nesse conjunto está inserida a não menos perversa terceirização, que, como eu tenho dito, equivale à revogação da Lei Áurea. Algo desumano. Neste cenário de fragilidade para os trabalhadores, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco. Respeito as posições contrárias. Mas não concordo.

As manifestações são legítimas e necessárias. Agora, não podemos aceitar menções ao nazi-fascismo, intervenção militar e muito menos violência, seja de que lado for. O que ocorreu em Curitiba contra os professores, foi um atentado ao Estado democrático de direito, às liberdades de manifestação e expressão e também um retrocesso no processo democrático brasileiro.

Temos muito ainda a aprender com a democracia e com a liberdade. Elas, juntas, são águas da mesma vertente, da mesma pedra que, se bem lapidada, dá o suporte necessário para o universo dos direitos humanos. Se assim o fizermos, com perseverança, utilizando as nossas virtudes, podemos criar novos tempos, não só com respeito às individualidades e ao coletivo, mas, sobretudo, mediante a construção de uma nação, de uma verdadeira nação.

14-5-15 – *Correio Braziliense*



Todo poder às ruas

O PT foi criado para defender os trabalhadores e o Brasil. O PT chegou ao Governo para dar mais Brasil aos brasileiros. O partido precisa entender isso, caso contrário pagará com a sua própria história. Para nós, que ainda sonhamos, acreditamos e temos esperança em um País melhor para todos, só restará caminhar por uma nova estrada.

As eleições regionais, ocorridas recentemente na Espanha, fortaleceram a presença de novos partidos de esquerda, como o Podemos, e reduziram o apoio das urnas aos tradicionais Partido Popular (PP) e Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), que desde 1982 disputam a hegemonia no País.

A participação dos jovens neste pleito chama atenção. Dos 35 milhões de votantes, cerca de 1,5 milhão registrou-se como eleitor pela primeira vez. Um número fantástico, segundo a própria imprensa. Essa "oxigenação das ruas", conhecida como "indignados", teve início no ano de 2008, após a crise econômica, com forte participação dos movimentos sociais.

No Brasil, em junho de 2013, os "indignados" inundaram ruas e praças de norte a sul, rufando tambores, batendo palmas, levantando cartazes, exigindo com suas

vozes roucas o fim da corrupção, o fim do voto secreto no Congresso Nacional, mais investimentos em saúde, educação, segurança.

Porém, em 2014, ano de eleições presidenciais, esse movimento de rua restringiu-se, timidamente, a uns poucos protestos regionalizados. No entanto, em 2015, eis que as manifestações ressurgiram com força total nos meses de março e maio. A pauta vem se alargando com a introdução da defesa dos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas e o fim do fator previdenciário.

Vemos hoje no País uma forte tendência de aplicação de políticas conservadoras e antissociais. Primeiro, porque tanto o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados elegeram mais representantes identificados com a dita direita. E isso faz muita diferença. Já a bancada do social, uma trincheira histórica, perdeu espaço.

Semanas atrás a Câmara deu claro sinal de que o "mar não está pra peixe" para os trabalhadores. Ela aprovou projeto sobre terceirização, que na prática restringe direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Constituição "Cidadã" de 1988. O Projeto (PL nº 30/2015) está no Senado agora, e eu serei seu relator na Comissão de Direitos Humanos.

Nós estamos falando aqui e chamando a atenção da sociedade brasileira para o fato de que estão em jogo direitos sagrados da nossa gente, alcançados a duras penas, com muita luta e sacrifícios: carteira de trabalho, Previdência

Social, seguro-desemprego, vale-transporte, férias, 13º salário, FGTS, salário mínimo, adicionais, entre outros.

Inacreditavelmente, o Governo Federal, tendo à frente o PT, partido ao qual sou filiado desde 1985, enviou, no final do ano passado, duas Medidas Provisórias (MPs nºs 664 e 665), o chamado ajuste fiscal que, no meu entendimento, provocará arrocho salarial. Não tenho dúvida alguma de que a corda arrebentará no lado mais fraco. Perderão os trabalhadores.

Sobre essas duas medidas, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entidade respeitada e que há anos colabora com os movimentos sindical e social, emitiu parecer técnico com a seguinte avaliação:

"Por mais que o Governo Federal alegue que não há retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, as novas regras limitam o acesso de milhões de brasileiros a esses benefícios, o que, na prática, significa privar a parcela mais vulnerável da população de benefícios que lhes eram assegurados".

André Singer, professor da Universidade de São Paulo (USP) e porta-voz do governo Lula no período de 2003 a 2007, é incisivo:

"O objetivo é fazer um reajuste recessivo, até produzir uma quantidade de desemprego que leve à redução do salário dos trabalhadores. Os defensores desse modelo defendem que, se o Brasil não fizer isso, não será compe-

titivo internacionalmente. É por isso que não podemos aceitar esse ajuste".

É inegável que, a partir de 2003, com a chegada do PT ao Palácio do Planalto, o Brasil deu um enorme salto qualitativo e quantitativo em políticas de inclusão social, combate ao desemprego e melhoria da renda do trabalhador. É notório que milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza. Hoje, milhões possuem casa própria.

No entanto, há uma clara opção do atual Governo Federal contra essas políticas que foram vitoriosas e que são as verdadeiras raízes do PT. A mim parece que o Governo está de mãos amarradas, não tem as rédeas das decisões políticas e tampouco daquelas relacionadas à economia. Estaria o Brasil já vivendo em sistema parlamentarista? Isso é inadmissível.

Dois movimentos poderiam ser feitos. Um, dentro do próprio PT, com a militância exigindo a volta do partido às suas raízes, ao núcleo originador e fomentador das nossas lutas e conquistas. O PT foi criado para defender os trabalhadores e o Brasil. O PT chegou ao Governo para dar mais Brasil aos brasileiros. O partido precisa entender isso, caso contrário pagará com a sua própria história. Para nós, que ainda sonhamos, acreditamos e temos esperança em um País melhor para todos, só restará caminhar por uma nova estrada.

Não há saída sem o povo nas ruas: esse é o segundo movimento. Os brasileiros, sejam eles de que classe forem, os movimentos sindical e social, os aposentados, os estu-

dantes, os jovens, assim como fizeram os da Espanha, dentro do resguardo da lei, devem romper o silêncio, pois ele é a principal barreira que sufoca e mata a indignação. Todo poder às ruas.

26-5-15 – *El País* (Espanha/Brasil)

Mais uma na conta do trabalhador

Realmente o mar não está para peixe. Notícias dão conta de que o Governo pretende socorrer o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com dinheiro do trabalhador. A ideia é alterar o regulamento do Fundo de Infraestrutura do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) para permitir um socorro de R$10 bilhões.

O Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que pertence ao Conselho de Administração do BNDES, e o presidente do banco, Luciano Coutinho, defenderam o aporte junto aos integrantes do FI-FGTS, que rejeitaram a proposta. Segundo eles, o Fundo não realiza operações diretamente com os bancos, a não ser com a Caixa Econômica Federal, que é gestora do Fundo.

Está claro que o Governo pretende corrigir erros administrativos ou – em nome da crise econômica que o País atravessa – colocar a fatura na conta do trabalhador. É aquela velha prática que conhecemos: em tempestades e enchentes a corda deve arrebentar sempre do lado mais fraco. Chega. Isso é inadmissível.

Se a questão é socorrer uma estatal que está em dificuldades, porque o Governo não fiscaliza e cobra a conta das

empresas que estão devendo ao banco? Inclusive aquelas envolvidas em esquemas de corrupção? E aí nós estamos falando em bilhões e bilhões. O próprio Tribunal de Contas da União (TCU) está realizando auditorias.

Não sou contra ajudar uma instituição de suma importância para o desenvolvimento do País, como é o BNDES. Mesmo porque, em 2008, no governo Lula, esse mecanismo foi utilizado para salvar o BNDES. Porém, na época, o governo emprestou com garantia do Tesouro Nacional e com o compromisso de o Banco devolver os recursos ao Fundo, assim que recebesse das empresas.

Creio que a Presidenta Dilma Rousseff pode avaliar melhor esta operação para que os trabalhadores não saiam no prejuízo. Se a questão é ajudar o BNDES, que pelo menos se tenha a garantia de um ganho financeiro. Não se pode conceber, em nossas atuais condições, emprestar dinheiro sem receber o percentual correspondente. É o mínimo que o Governo pode fazer.

7-6-15 – *Jornais do Interior*

SUPER RÁDIO
TUPI
sbt

Paulo Paim conversa com PSB, Rede e PV e pode deixar o PT até o final do ano

Insatisfeito com o PT desde a campanha eleitoral do ano passado, o Senador Paulo Paim (RS) vem sinalizando a possibilidade de deixar a legenda e, consequentemente, tem atraído a atenção de outros partidos. O assédio aumentou com o desconforto manifestado pelo político gaúcho em relação às medidas provisórias que dificultaram o acesso a benefícios trabalhistas em prol do ajuste fiscal. Em entrevista nesta terça-feira, Paim afirmou que está mais próximo de PSB, PV e Rede, mas que a permanência no PT não está descartada. A decisão sobre uma eventual troca de sigla se dará até o final de 2015.

"Tenho dito que até o fim do ano muita coisa vai acontecer na nova acomodação política do País mediante a situação em que estamos, que não é boa nem no campo político, nem no social, nem no econômico. E eu, particularmente, estou muito chateado com a política capitaneada pelo (Ministro da Fazenda) Joaquim Levy", afirmou. "Pedi (aos partidos) um prazo até o fim do ano".

Paim explicou que atualmente está "dialogando, ouvindo e refletindo". Nesta terça-feira, 9, tinha um almoço com as lideranças do PSB em Brasília que acabou cancelado por problemas de agenda – o Senador esteve ontem em

Florianópolis para uma audiência pública sobre terceirização e fator previdenciário e, de acordo com sua assessoria, não chegaria a tempo do encontro. O contato com os socialistas, no entanto, ocorre há meses. Recentemente, Paim teve um "longo" e "produtivo" bate-papo com Romário (PSB-RJ), seu colega no Senado.

As conversas com a Rede também são frequentes. "Uns 14 dirigentes da Rede estiveram dialogando comigo. Estou numa linha de apontar para algo que seja uma visão nova, moderna, uma estrutura que tenha compromisso com os direitos humanos e com o ecossistema. Uma visão diferente daqueles partidos tradicionais, dos quais eu acho que o brasileiro já cansou", disse o parlamentar gaúcho. A ex-Senadora Marina Silva, principal liderança do partido em formação, convidou-o para um almoço nesta quinta-feira.

Na semana passada, Paim recebeu o convite formal para se filiar ao PV do Rio Grande do Sul, com o qual também se identifica. "É um partido que, em tese, é novo e que trabalha com meio ambiente e direito à vida. Tem esse viés humanista que me é simpático", afirmou.

Apesar de reconhecer que PSB, Rede e PV são as legendas com as quais tem conversado "mais intensamente", Paim deixa claro que seu futuro político está em aberto. Ele lembra que mantém contato com outras siglas, como o PDT, e esclarece que nenhuma decisão será tomada antes de aprofundar o diálogo com o próprio PT, ao qual está filiado há 30 anos.

De acordo com Paim, o "desejo de mudança" é compartilhado com colegas de partido e já foi tema de conversas com o ex-Presidente Lula. "Não sou só eu que estou propondo mudanças. O Tarso Genro está propondo, o Olívio Dutra está propondo, a bancada está propondo. Quero ver o que é possível construir ou não", falou.

PRAZO

Paim tomará uma decisão ainda em 2015, porque pretende ter participação nas eleições municipais de 2016. "Não sou de ficar fora de uma disputa, a não ser que não queiram que eu entre", avisou o Senador, que descarta, contudo, a possibilidade de concorrer à prefeitura de Porto Alegre. "Não sou candidato em hipótese nenhuma. Mas acho que você não pode se omitir de uma disputa em prol de um projeto em que você acredita, e que passa também pelas eleições municipais".

Paim é um dos principais críticos ao modelo de ajuste fiscal que vem sendo implementado pelo Governo. No último dia 26, foi um dos três Senadores petistas – ao lado de Lindbergh Farias (PT-RJ) e de Walter Pinheiro (PT-BA) – que votaram contra a Medida Provisória nº 665, que restringe o acesso a benefícios trabalhistas como seguro-desemprego e abono salarial. No dia seguinte, acompanhou a bancada votando a favor da MP nº 664, que altera benefícios previdenciários, mas o fez somente porque o texto incluía a flexibilização do cálculo para aposentadoria integral, o chamado fator previdenciário.

Para o parlamentar, o fato de o Governo "ter recuado bastante" no conteúdo das duas MPs permitiu que ele permanecesse no partido este ano. Um eventual veto da Presidente Dilma Rousseff à emenda do fator previdenciário poderia ser decisivo na escolha do Senador. "Se ela vetar, vamos trabalhar com unhas e dentes para derrubar o veto de qualquer jeito no Congresso. Aí, o confronto vai ser inevitável", resumiu.

10-6-15 – *Agência Estado*

"Tenho dito: ou o PT muda, ou nós mudamos"

Em entrevista-reportagem, Paulo Paim admite possibilidade de deixar o PT e diz que Dilma não pode perder a chance de aprovar mudança no fator previdenciário: "será uma vitória dela".

Um dos pontos de convergência política entre o Senador Paulo Paim e a maioria de militantes e dirigentes do Partido dos Trabalhadores reside na visão sobre o Congresso do PT, que teve início nesta quinta-feira em Salvador.

Tanto Paim como a maioria dos integrantes do PT estão convencidos de que o encontro será uma atividade fora de hora, sem um sentido político claro, que pode até contribuir para agravar uma situação interna definida como desesperadora.

Mas, enquanto a maioria dos petistas começou a tomar o rumo de Salvador já na noite de ontem, Paim permaneceu em Brasília e depois vai a Porto Alegre.

– Minha presença não poderia ajudar o PT numa hora como essa, disse ele ao 247 na manhã de quinta-feira. Todo mundo conhece minhas críticas ao PT e ao Governo. Meu receio é que, no ambiente de debate e conflito de todo Congresso, eu pudesse me mostrar mais

agressivo do que gostaria, contribuindo para o problema e não para a solução.

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O FUTURO DO PT?

Paulo Paim – Eu tenho dito o seguinte: ou o PT muda, ou nós mudamos.

ESSA MUDANÇA INCLUI A POSSIBILIDADE DE SAIR DO PARTIDO?

Paulo Paim – É uma possibilidade que terá de ser definida até o final do ano. De qualquer modo, as coisas precisam estar resolvidas antes de março, quando as férias terminam e o trem começa a andar.

LIDERANÇAS PETISTAS, COMO MARTA SUPLICY, ROMPERAM COM O PARTIDO FAZENDO CRÍTICAS PESADAS E MUITO BARULHO.

Paulo Paim – Se eu sair, o que é só uma possibilidade, nunca será uma coisa agressiva. Vai ser com diálogo, buscando de qualquer forma manter uma política de alianças. Sempre fui uma pessoa a favor da unidade dos trabalhadores. Lá atrás, há mais de 30 anos, quando ocorreu o racha entre as duas grandes lideranças sindicais nacionais, eu era a favor de manter uma central só, uma verdadeira central única. Lutei muito para isso. Mas não foi possível e fiquei como secretário-geral e depois como vice-presidente da CUT.

Presidente do sindicato de metalúrgicos de Canoas durante o Regime Militar, liderança histórica da CUT e do Partido dos Trabalhadores, a partir de 1986, Paim acumulou quatro mandatos como deputado federal. Depois de 2002, obteve dois mandatos como Senador. Em 2010, ele foi reeleito para o Senado com 4 milhões de votos — a maior marca já obtida por um Senador gaúcho, em qualquer época, e uma das mais elevadas, proporcionalmente, em termos nacionais.

Em 2014, Paim enfrentou um constrangimento pesado, que ajuda a espelhar o universo de intrigas e disputas internas no partido. Empenhado pela reeleição de Tarso Genro ao governo de Estado, de Olívio Dutra ao Senado e de Dilma Rousseff à presidência, era um convidado frequente na maioria dos comícios — mas a festa se encerrava sem que fosse convidado a discursar. Pode parecer pouco, para um leigo, frequentemente aliviado diante da notícia de que um pronunciamento foi cancelado. Para quem domina as regras da etiqueta, porém, é uma grosseria equivalente, no universo político, a convidar determinada pessoa para um jantar, servir fartamente os demais convidados, mas levar o prato embora antes que ela pudesse servir-se. Isso aconteceu em Porto Alegre, num comício onde Paulo Paim até ocupava uma posição de honra à mesa.

A cena se repetiu em Canoas, onde o Senador chama sindicalistas e moradores pelo nome. Em Guajuviras, bairro de Canoas, onde, anos atrás, Paim, já deputado federal, organizou a invasão de um conjunto habitacional aban-

donado, recomendando aos novos moradores que plantassem rosas em seus jardins, a caravana eleitoral também apareceu. Paim, no entanto, sequer foi convidado a subir na mesma carroceria do caminhão em que se encontravam os candidatos principais.

Em busca de uma explicação para esse comportamento, as duas assessorias — do Senador e da campanha — mantiveram conversas ásperas e inconclusivas. O argumento era de caráter político-organizativo. Fora acertado entre os coordenadores da campanha que só candidatos a cargos majoritários e presidentes de partidos políticos teriam direito a um pronunciamento perante o eleitorado reunido — e por essa razão o Senador de 4 milhões de votos, raridade num palanque onde a magreza eleitoral dos candidatos logo mostraria os ossos, não fora convidado. Qualquer que fosse a razão real, em 2014 o PT gaúcho não ganhou o Senado e o Governador Tarso Genro não conseguiu passar ao segundo turno. Para observadores do caso, o comportamento só é explicado pela visão de quem está tão convencido da própria vitória que não quer dividir esforços para não partilhar os louros mais tarde.

Recusando-se a fazer comentários sobre o episódio, ao longo da entrevista ao *247*, Paulo Paim deixou escapar, em outro contexto, uma frase que pode estar relacionada a situação: "no PT, forças internas se tornaram partido dentro do partido".

Capaz de construir, ao longo de 29 anos, uma folha irrepreensível de aliado dos direitos dos trabalhadores e

da população pobre, Paim entrou, em 2015, como um adversário duro do ajuste (que ele chama de "arrocho"). Como um dos principais articuladores da votação que flexibilizou o fator previdenciário, Paim estabeleceu uma aliança com o Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que estimulou a dissidência do bloco governista, inclusive o líder do PT, Ricardo Zarattini, a votar contra o Governo. No Senado, Paim havia garantido, na mesma época, pelo menos 41 votos a favor da flexibilização.

Ele está convencido de que, na devida hora, a votação será muito maior, avaliação aprovada sem muita cerimônia pelas lideranças petistas da casa, o que deixará Dilma Rousseff sem saída. "A Presidente vence se aprovar a mudança. Será uma oportunidade para ela. Mas a Dilma será derrotada se resolver vetar: neste caso o Congresso se une para derrubar o veto".

Habituado a manter conversas com Luiz Inácio Lula da Silva, nas quais reaparecem, compreensivelmente, sinais da velha camaradagem de sindicalistas, Paim não deixa de lembrar uma afirmação do ex-Presidente, num diálogo recente, no qual o tom de voz ameaçava se tornar grave demais. "Ele me disse uma frase que me deixou extremante feliz: 'não há nada no estatuto do PT que obrigue você votar contra sua história'".

Andando atrás dessa história, Paim decidiu criar uma agenda fora de Brasília. Depois da segunda semana de maio, quando reuniu uma plateia de 700 sindicalistas num auditório do Senado, ele traçou um roteiro de atividade em diversos estados brasileiros. Já reuniu 700 lideranças

na Assembleia Legislativa de Minas e perto de 1.000 em Florianópolis. No dia 19 estará em Curitiba, no dia 26 em Porto Alegre e em São Paulo no dia 29. "O maior erro nessas horas é deixar de ouvir o que a rua está dizendo".

Na manhã de quinta-feira, tomando chá numa lanchonete do Senado que define como "meu escritório", Paulo Paim recebia uma caravana de cumprimentos pela aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (foi o terceiro de sua autoria; antes, ele aprovou o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Igualdade Racial). Na véspera, discursando na tribuna do Senado, ele havia lembrado da irmã, Marlene, falecida, que era cega — e mesmo assim lhe ensinara tantas coisas importantes na vida. No dia seguinte, voltou a tratar de assuntos econômicos.

UMA CRÍTICA FREQUENTE AO GOVERNO É DIZER QUE AS MEDIDAS ECONÔMICAS FORAM MAL-EXPLICADAS.

Paulo Paim – Discordo. Não foi um problema de explicação nem de comunicação. O Governo errou na tática, na estratégia, na economia e no social. Fez um arrocho e quem vai pagar a conta é o trabalhador, a viúva, o desempregado. A Dilma está fraca porque errou e perdeu apoio em sua própria base. Esse é o choque que o povo está vivendo.

O QUE PODERIA SER FEITO?

Paulo Paim – O Governo poderia ter agido com mais franqueza. Se a situação estava mesmo tão ruim como

se disse depois, seria possível tomar algumas medidas com essa finalidade. As pessoas entenderiam, desde que os sacrifícios fossem partilhados entre todos. O difícil é entender quem dizia que antes tudo estava muito bem e depois diz que tudo ficou muito ruim. Só espero que não queiram anunciar outra mudança agora.

COMO ASSIM?

Paulo Paim – Até a semana passada, nada era possível, porque não havia dinheiro para nada. De repente, surgem 200 bilhões para investimentos? É difícil de acreditar.

MUITOS DIRIGENTES DIZEM QUE O PT E O GOVERNO ESTÃO UNIDOS E QUE NÃO HÁ COMO SEPARÁ-LOS. OUTROS DIZEM O CONTRÁRIO. QUAL SUA OPINIÃO?

Paulo Paim – Acho que deveríamos separar. O Governo foi muito além de fazer uma aliança entre partidos. Fez uma pilha de partidos, um amontoado. Cada um tem seu projeto, cada um tem seu interesse. Isso não funciona. É uma canoa na qual cada um rema para um lado. Ela não sai do lugar.

12-6-15 – paulomoreiraleite.com e *Brasil 247*

Senador Paulo Paim
Presidente da CDH

Para o Senador Paulo Paim (PT-RS), um eventual veto da Presidente Dilma Rousseff ao novo cálculo das aposentadorias manteria em vigor “a lei mais cruel desde a Ditadura”. “Não há uma pessoa de bem que esteja na vida pública que vete a proposta”.

A FLEXIBILIZAÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO DEVE SER VETADA PELA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF?

O fator previdenciário deve ser jogado na lata do lixo. É a lei mais cruel desde a Ditadura, porque penaliza, principalmente, os mais pobres. Estou convicto de que, se a Presidente vetar a proposta, o Congresso vai derrubar o veto. No Senado, isso é quase uma unanimidade. Não há uma pessoa de bem que esteja na vida pública que vete a proposta. Se a Presidente mantiver o fator previdenciário como está, será mais um componente para eu mudar meus caminhos. Esse governo atirou no aposentado, no desempregado, no pescador. Agora, apresentou um pacote de infraestrutura, mas até pouco tempo atrás estava quebrado. Isso vai na contramão da própria história do PT.

COMO FICAM AS CONTAS DA PREVIDÊNCIA COM O NOVO CÁLCULO?

O gasto com o fator previdenciário (flexibilizado) é de R$1 bilhão por ano, mas estão dizendo que é de R$3,2 trilhões. Isso é uma irresponsabilidade, o Governo está propagando terrorismo entre a população, mas tenho certeza de que as pessoas não são bobas. Não vai ser R$1 bilhão que vai quebrar a Previdência, o gasto é insignificante. Dos 35 milhões de aposentados, 22 milhões ganham apenas um salário mínimo e 4,8 milhões ganham dois salários mínimos.

17-6-15 – *Estado de SP*

O fator previdenciário é a lei mais cruel inventada nesse País depois da ditadura

Aprovado na Câmara dos Deputados, o fim do fator previdenciário para o cálculo das aposentadorias pode ser votado ainda esta semana pelo Senado. Em meio a uma política de ajuste fiscal e com medo que essa mudança traga prejuízo para as contas públicas, a Presidenta Dilma Rousseff (PT) ameaça vetar a reforma. Contudo, Dilma pode ter seu veto derrubado no Congresso, inclusive por companheiros de partido.

Um crítico histórico do fator previdenciário (aprovado pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1999), o Senador Paulo Paim recebeu a reportagem do *Sul21* em seu escritório, em Canoas, na última sexta-feira (22), para falar, entre outras coisas, sobre sua posição nessa votação. Por cerca de 40 minutos, Paim também conversou sobre a política de ajuste fiscal promovida pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a onda de conservadorismo que tomou conta do Congresso Nacional, a reforma política, a Lei das Terceirizações e se é real ou não a possibilidade de deixar o PT, partido pelo qual se elegeu para quatro mandatos como deputado federal e dois como senador.

SUL21 – AO CONTRÁRIO DO GOVERNO FEDERAL, O SENHOR QUER O FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. POR QUE E QUAIS OS BENE-

FÍCIOS PARA O TRABALHADOR COM ESSAS MUDANÇAS?

Paulo Paim – O fator previdenciário é a lei mais cruel inventada nesse País depois da ditadura. Foi aprovada no Congresso Nacional logo após a posse do Fernando Henrique [Cardoso]. O fator trabalha com a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição. Quem sofre com o fator? Os trabalhadores do Regime Geral da Previdência e aqueles que ganham até R$4.623,00. Só como exemplo: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, o teto é de R$33 mil, aí não se aplica o fator e se aposenta com o salário integral. Não é justo que o trabalhador brasileiro do Regime Geral da Previdência, aqueles que ganham abaixo de R$4 mil, R$3 mil e R$2 mil, tenham esse redutor chamado fator previdenciário, que confisca pela metade o salário da mulher no ato da aposentadoria e, do homem, tira em torno de 40%. Isso daqueles que ganham menos.

Nós trabalhamos para derrubar esse fator há 14 anos, praticamente. Eu, por duas vezes, já votei um projeto, de minha autoria, que acabava com o fator previdenciário no Senado, aprovado por unanimidade. Foi pra Câmara, que nunca mais votou. O primeiro, há oito anos. Depois, o Senado votou novamente outro projeto, que veio da Câmara. Nós defendemos, aprovamos e o Lula vetou na época. Agora, eu apresentei, de novo, nessa Medida Provisória, uma emenda para substituir o fator pela fórmula 85/95. O Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) apresentou na Câmara e combinamos o jogo: "Arnaldo,

tu apresenta aí (o ideal é tu aprovar aí). Mas, se tu não aprovar, eu aprovo aqui e volta para aí". Como ele aprovou lá, o Senado, pela minha posição, tem que aprovar essa proposta, que é igual a minha, e vai para a sanção da Presidente, que pode vetar ou não.

O fator previdenciário é a lei mais cruel inventada nesse País depois da ditadura.

QUAL A SUA AVALIAÇÃO SOBRE O ARGUMENTO DE QUE A PREVIDÊNCIA NÃO TEM COMO ARCAR COM AS MUDANÇAS NO FATOR PREVIDENCIÁRIO?

Paulo Paim – Esse discurso de que a Previdência está falida é totalmente equivocado, atrasado e falta com a verdade. Os dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) mostram que, no ano de 2014, o *superavit* da Previdência foi de R$50 bilhões. Eles (o Governo) dizem que a entrada da fórmula 85/95 vai trazer um *deficit* para a Previdência. Mas, pelo contrário, nos primeiros oito anos a Previdência vai ter um *superavit* além de R$18 bilhões. Daí pra frente, o *superavit* poderá diminuir, mas você pode ir ajustando na medida em que a expectativa de vida das pessoas também for aumentando.

COMO SERÁ POSSÍVEL OBTER ESSE SUPERAVIT COM A MUDANÇA? O GOVERNO E AS PESSOAS QUE SÃO CONTRA DIZEM QUE A MUDANÇA

VAI TRAZER UM PREJUÍZO PARA AS CONTAS DA PREVIDÊNCIA.

Paulo Paim – Quem diz isso não sou eu, é o ex-Ministro da Previdência, José Pimentel. O atual ministro também reconhece que o fator deve mudar e que, no primeiro momento, nos primeiros oito anos, ele é positivo. O que as pessoas estão fazendo: elas sabem que o fator corta o salário, então se aposentam com uma idade considerada precoce e continuam trabalhando. A pessoa ganha o dinheiro da Previdência e ganha o dinheiro na fábrica. E, ali na frente, entra com o pedido da desaposentadoria e vai ganhar o salário integral. Como o tempo de contribuição aumentou, a idade também aumentou. Aí, mesmo o fator não vai trazer prejuízo.

Com a fórmula 85/95, a pessoa vai esperar até 60 anos pra se aposentar – com 60 anos e 35 de contribuição, no caso do homem, soma os dois dá 95, e a mulher com 55 anos de idade e 30 de contribuição (soma 85). Como agora as pessoas teriam que esperar até uma idade, dá uma economia imediata à Previdência na ordem de R$18 bilhões.

A QUESTÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO ESTÁ SENDO SINALIZADA COMO UMA DERROTA PARA O GOVERNO. O SENHOR DISSE EM OUTRAS ENTREVISTAS QUE, MESMO QUE O GOVERNO VETE, O VETO SERÁ DERRUBADO NO CONGRESSO. POR QUÊ?

Paulo Paim – Agora tem um fato novo: o voto não é secreto. Foi uma luta minha de anos. Acabamos com o voto secreto para apreciar o veto e quem é que vai votar contra o fator? Ninguém vai votar, ninguém é maluco, seria irracional tecnicamente, politicamente e economicamente. Consequentemente, ela [Presidente Dilma] vai ser derrotada. Então, o bom senso manda, e não é só eu que digo isso, o própria Lula já tinha recomendado que ela não vete o fator, é hora de dizer chega desse fator e vamos para uma nova metodologia.

E POR QUE ELA VETARIA?

Paulo Paim – Ela vetaria porque ela está com uma visão, no meu entendimento, equivocada, que não é a visão do próprio ministro dela da Previdência. É a visão do Ministro Levy. Porque eles não querem sinalizar para o mercado externo de que ele estaria flexibilizando o instituto da aposentadoria.

O SENHOR JÁ SE MANIFESTOU VÁRIAS VEZES CONTRA O AJUSTE FISCAL QUE ESTÁ SENDO PROMOVIDO PELO GOVERNO. POR QUÊ?

Paulo Paim – O Ministro Levy está totalmente equivocado. Primeiro, o método é equivocado e economicamente também é equivocado. O que ele fez: logo após as eleições, baixou duas medidas provisórias (MP nº 664 e MP nº 665) para ajuste fiscal, que não é ajuste fiscal coisa nenhuma, é arrocho salarial. É retirar direito do trabalhador, do pescador, do aposentado, da viúva e até

o abono de um salário mínimo que tem direito a receber quem ganha até dois, e também estariam praticamente eliminando pela fórmula que foi encaminhada. Quando eles fizeram isso, de pronto eu disse: ou vocês alteram radicalmente essas duas Medidas Provisórias ou vocês vão perder e eu não tenho problema nenhum de ficar com as minhas causas e criar esse embate, que pode me criar um constrangimento até de continuar na base do Governo. Foram essas palavras que eu expressei e acabou dando toda aquela polêmica de sai ou não sai [do PT].

Eu defendo o PT de raiz, eu defendo o PT que elevou o número de carteiras assinadas, que tirou da miséria 30 milhões de brasileiros, que mais que quadriplicou o número de alunos de escola técnica, que botou as cotas para negros e índios como o ProUni. Tudo isso pra mim foi importante e são essas propostas do Levy que estão a contramão da história. Ele só ataca o andar de baixo, aquele grupo mais pobre que está sendo sacrificado.

Ele [Joaquim Levy] só ataca o andar de baixo, aquele grupo mais pobre que está sendo sacrificado.

QUAIS POLÍTICAS ECONÔMICAS ALTERNATIVAS DEVERIAM SER APLICADAS?

Paulo Paim – O que ele teria que fazer: por que ele não pega, por exemplo, e pede para o Congresso aprovar o projeto para tributar as grandes fortunas e heranças, como é feito nos Países de primeiro mundo, como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha? Todos eles já legalizaram essa situação. Por que não aumenta a fiscalização? Só

na Previdência, nós vamos ver que tem R$500 bilhões só de sonegação. Vamos ver agora os dados recentes daquele escândalo da própria Receita Federal (Operação Zelotes), que os grandes empresários deviam R$10 bilhões, R$15 bilhões. Iam lá, faziam propina com um ou outro fiscal por R$15 milhões e eles tinham anistia de suas dívidas. O que tem que fazer é aumentar a fiscalização, quadruplicar o número de fiscais de trabalho e da receita, que você num instante aumenta a receita em mais de R$100 bilhões – dados dos próprios fiscais da Previdência.

O SENHOR FALAVA DAS DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, A 664 E 665. POR QUE, ESPECIFICAMENTE, O SENHOR É CONTRA ELAS?

Paulo Paim – Primeiro, ela mexe no seguro-desemprego. Eu fui um dos autores do seguro-desemprego. Foi uma fusão entre três projetos: do José Serra, meu e do Jorge Wecker. E nós asseguramos aos trabalhadores o seguro-desemprego. Nesse momento, de recessão e desemprego, o Governo quer jogar para o trabalhador que só depois de 18 meses ele vai ter direito de usufruir do seguro-desemprego. Até entendo se ficar em 12 meses, que é bem mais palatável (hoje são seis meses). Nós do PT propusemos: em vez de 18, joga para 12 a primeira pedida e a segunda para seis. Então, fica um pouco mais equilibrado.

Depois, nós temos a questão do pescador. Eles queriam que o pescador só tivesse direito ao seguro e ao Bolsa Família depois de três anos de atividade. É um absurdo. Para sermos coerentes, vamos manter também os 12

meses. Conseguimos puxar para 12 meses o seguro-desemprego e ele também vai continuar ganhando a Bolsa Família que já ganhava.

Depois, entrou a questão da viúva. No ajuste fiscal, eles estão tirando 50% da viúva. Digamos que a viúva ganhava dois salários mínimos. Cai para um. Isso faz falta para qualquer cidadão. E, depois que o filho – que ficava com 10% – se tornasse maior de idade, o dinheiro se perdia. Agora não, a viúva fica com o dinheiro. Se ela tem dois filhos, ela ganha 80% e eles 20%. Quando eles atingirem a maioridade, ela volta a ganhar 100%. Ou seja, ficam na família. Conseguimos também alterar isso.

E a questão do abono, que é absurdo querer que o abono, que era integral para quem ganha até dois salários mínimos, de repente virasse 1/12, 2/12, 3/12, 4/12, até 12/12, de acordo com o número de meses trabalhados. É incostitucional o que eles estão propondo. Eu li na tribuna e mostrei para eles todos que a Constituição diz: "é assegurado ao cidadão que ganha até dois salários mínimos um abono de até um salário mínimo todo ano". Está escrito. Não fala se é um mês, dois ou quatro meses. E eles querem que só aquele que trabalhar três meses dali para a frente ganhe 1/12 a mais. Isso também é inaceitável e é inconstitucional e por isso nós somos contra as MPs.

NESSA LINHA DE DERRUBAR O VETO, POR QUE O SENHOR, AO LADO DE 10 SENADORES DA BASE ALIADA E INDEPENDENTES, ASSINOU

UM MANIFESTO CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO?

Paulo Paim – Porque é uma política econômica totalmente equivocada que não ataca o eixo da questão. Nós queremos uma política econômica inspirada nos oito anos do governo Lula, que foi uma política de crescimento, de distribuição de renda, de crescimento do salário mínimo, que foi numa linha de diminuir o desemprego, de baixar juros. Aí entra o Levy e o que ele faz? Aumenta juros, a inflação sobe, quer arrochar todos os programas sociais do Governo. Está aí o caso do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), em que os alunos estão desesperados. Alunos que tinham programado suas vidas, grande parte perdeu o dinheiro do Fies. Alunos nossos que estão no exterior não estão conseguindo pagar o aluguel lá porque o dinheiro não está chegando. Há um descalabro. A política econômica está na contramão da história. Em vez de se preocupar em fortalecer o mercado interno, num desenvolvimento econômico sustentável, ele vai na contramão querendo arrochar o salário dos trabalhadores.

ESTAMOS FALANDO DE DISCORDÂNCIAS DE SENADORES DA BASE ALIADA COM O GOVERNO. O QUE REPRESENTAM ESTAS DISCORDÂNCIAS PARA A GOVERNABILIDADE?

Paulo Paim – Esses senadores e as entidades que assinam, em torno de 100, estão preocupados com esse governo. E o PT tem obrigação de ajudar a colocar o Governo nos

trilhos, e colocar o Governo nos trilhos não é a política do Levy, mas uma política de distribuição de renda, que fortaleça o mercado interno, que tenha uma política agressiva no campo das exportações, que não seja essa de querer que só o trabalhador, o aposentado e o pensionista paguem a conta. Nós queremos ajudar o Governo. E ajudar o Governo, nesse momento, é ter posição clara. Não adianta puxar o saco do Governo, ficar vendo o Governo indo para o precipício e dizer: "vamos, vamos juntos".

Não adianta puxar o saco do Governo, ficar vendo o Governo indo para o precipício e dizer: "vamos, vamos juntos".

SE CONTINUAR COM A ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA, COMO O SENHOR VISLUMBRA OS PRÓXIMOS ANOS DO GOVERNO DILMA?

Paulo Paim – Vai ter uma dificuldade enorme. O desemprego aumenta a cada dia que passa, as dificuldades aumentam, a taxa de juros sobe, os empresários já começaram a mostrar todo o seu descontentamento. Porque não é esse o caminho. Nós teremos uma enorme dificuldade nos próximos três anos da Presidente Dilma.

MUDANDO O FOCO PARA AS PRINCIPAIS PAUTAS QUE VÊM SENDO DISCUTIDAS NO SENADO. O SENHOR É UM FORTE CRÍTICO DA LEI DAS TERCEIRIZAÇÕES E CHEGOU A COMPARÁ-LA COM UMA "REVOGAÇÃO DA LEI ÁUREA". QUAL É O IMPACTO DA APROVAÇÃO DESSA LEI, DO

JEITO QUE PASSOU NA CÂMARA, NA VIDA DOS TRABALHADORES?

Paulo Paim – Primeiro, eu não acredito que o Senado vai fazer esse crime, porque no Senado estão ex-governadores, ex-prefeitos, ex-deputados e senadores, como eu, que já tenho quatro mandatos de deputado federal e dois mandatos de senador. Isso significa a desorganização total do trabalho e revogar os direitos dos trabalhadores que estão assegurados na CLT e na própria Constituição.

22-06-15 – *Sul 21*

Um dos grandes tumores no mundo do trabalho

Luz vermelha para os trabalhadores brasileiros. Não bastasse a inflação em alta, o desemprego crescente, o aumento do custo de vida e o ajuste fiscal por meio da MP nº 665, que restringiu o acesso a seguro-desemprego, abono salarial e seguro-defeso, está em processo avançado no Congresso Nacional um projeto de lei que permite a terceirização de qualquer setor de uma empresa, incluindo atividade-fim.

O projeto (PL nº 4.330/2004) já foi aprovado na Câmara e agora está tramitando no Senado, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o nº 30/2015, sob minha relatoria. Na prática, esta proposta, caso aprovada, será o primeiro passo para o fim de direitos e conquistas históricas garantidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Constituição Cidadã de 1988.

Cito como exemplos: carteira de trabalho, previdência social, vale-transporte, férias, fundo de garantia, 13º salário, piso salarial, entre outros. Isso diz respeito a 45 milhões de trabalhadores. O caminho a seguir é o inverso. Ou seja, temos que fazer justiça aos 12,5 milhões de terceirizados hoje no Brasil. Eles não possuem direi

tos. Além do mais, a proposta enfraquecerá o sistema de negociação coletiva e o controle judicial.

Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), a cada dez acidentes de trabalho, oito acontecem em empresas terceirizadas. De cada cinco mortes, quatro são em empresas terceirizadas. O levantamento das centrais sindicais, por sua vez, mostra que o salário é 30% inferior ao normal. Trabalham, em média, três horas semanais a mais e permanecem menos tempo no emprego: 2,5 anos, ao passo que os demais permanecem seis anos, em média. Os terceirizados não podem ser tratados como trabalhadores de segunda categoria.

O Congresso Nacional só vai recuar se a sociedade e os movimentos sindical e social se mobilizarem e forem às ruas exigir o engavetamento desta proposta. Aliás, a iniciativa fundamental está sendo feita pelo Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, integrado por centrais, sindicatos, estudantes, especialistas e pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA).

Destaque para a posição do magistrado Paulo Luiz Schimidt, presidente da Anamatra: "caso o projeto venha a ser aprovado, vamos inaugurar uma era de insegurança jurídica. Levaremos uma década ou mais para consolidar o real alcance da lei". E complementa: "a participação do fator trabalho na renda cairá dos atuais 34% a 37% para algo em torno de 25% a 30%. Isso terá efeitos catastróficos".

A CDH Senado e o Fórum estão percorrendo o País inteiro, realizando audiências públicas em parceria com as assembleias legislativas para mostrar o quão prejudicial é este projeto. Temos que deixar claro para o Brasil que a terceirização precariza e desorganiza o mundo do trabalho. A ideia é que, ao final, percorridos os 26 estados e o Distrito Federal, seja redigida a *Carta à Nação*, a ser entregue aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Antonio Baylos, catedrático de direito do trabalho e previdência social da Universidad de Castilla-La Mancha, afirma que a terceirização é um dos grandes tumores no mundo do trabalho, sendo uma forma de evitar as responsabilidades básicas sobre os direitos trabalhistas. "Precisamos uma vez mais rever esse fenômeno na lógica da proteção e da cultura dos direitos".

Estou me valendo das palavras do professor espanhol para chamar a atenção de outros países quanto ao fato de que o Brasil pode estar a caminho de um retrocesso nas relações de trabalho, muito semelhante ao ocorrido na Europa durante a década de 1990, com predominância da mentalidade neoliberal que levou à forte redução de direitos e garantias sociais.

21-7-15 – *Correio do Povo*

ORDEM E PROGRESSO

"Não foi esse o governo que eu elegi", diz petista Paulo Paim

Em entrevista ao *O Povo*, o Senador gaúcho afirma que até o final do ano decide se fica ou não no PT. Ele tem votado contra o Governo nas medidas do ajuste fiscal e defende que a sigla passe por mudanças

O Senador Paulo Paim (PT), ao fazer uma análise dos primeiros seis meses do 2º mandato de Dilma: "é só descalabro todos os dias".

Enquanto alguns culpam o Partido dos Trabalhadores pela intensa crise vivida pelo Brasil, a complicada situação nacional gera instabilidade na sigla. A insatisfação com a legenda tem levado petistas históricos a ameaçarem deixá-la. É o caso do Senador Paulo Paim (PT-RS), filiado há 30 anos, que "se deu" o prazo até o final do ano para decidir seu destino.

Paim exerceu quatro mandatos como deputado federal até ser eleito para o Senado, onde está desde 2003. Desde o início deste ano, o parlamentar não esconde o descontentamento com o Governo sobre as medidas de ajuste fiscal propostas, principalmente as que envolveram alteração de direitos trabalhistas.

Em visita a Fortaleza para audiência pública, na Assembleia Legislativa, que debateu o projeto que estabelece a

terceirização para atividades-fim, o Senador conversou com *O Povo*. Paim falou sobre a possibilidade de deixar o partido, as crises política e econômica, além dos polêmicos projetos da terceirização e da reforma política. Confira os principais trechos da entrevista.

O POVO – O SENHOR ESTÁ NO PT HÁ 30 ANOS, É UM NOME HISTÓRICO NO PARTIDO, MAS ULTIMAMENTE VEM TENDO DESENCONTROS COM ELE. O QUE O ESTÁ DESAGRADANDO?

Paulo Paim – Nós ganhamos as eleições e, antes do fim do ano, a Presidente Dilma encaminha duas medidas provisórias (MPs) ao Congresso que retiram direitos dos trabalhadores. Ali, houve a primeira discordância, não foi esse o governo que eu elegi. Esse arrocho fiscal e social, impostos pelo (Joaquim) Levy (Ministro da Fazenda), taxa de juros disparando, desemprego aumentado, enfim, é só descalabro todos os dias. Tudo isso me deixou numa situação muito desconfortável, e eu comecei a dizer que nesses projetos eu não votaria. Houve quem dissesse "se não quer votar com o Governo, saia". Então eu digo: ou ele muda, ou eu mudo. Eu me dei até o fim do ano para ver se vai haver essa mudança, se o PT vai voltar para os trilhos. Ou eu vou me entrincheirar em outro espaço, onde eu possa continuar defendendo as propostas que sempre defendi. Eu não vou votar contra o trabalhador, não vou votar contra o aposentado, não vou abrir mão dos meus sonhos.

ALGUMA SIGLA JÁ CONVIDOU O SENHOR?

Paulo Paim – Todas, todas. Os partidos mais à esquerda e mais ao centro também. Eu vejo isso com satisfação.

EXISTE ALGUM PARTIDO COM O QUAL O SENHOR SE IDENTIFIQUE MAIS?

Paulo Paim – Não, hoje eu tenho dialogado com todos. Eu não tenho feito nenhuma discriminação a nenhum segmento.

NESSES 30 ANOS EM QUE O SENHOR ESTÁ NO PT, ELE JÁ MUDOU MUITO. EXISTE ALGUMA MUDANÇA QUE CONSIDERA RUIM?

Paulo Paim – Sim, principalmente o que nós estamos fazendo agora, e isso está me deixando indignado. Prefiro começar tudo de novo, mas ficar com aquilo que defendemos ao longo da nossa história. O que mais diferencia o homem público daquele político tradicional, comum, de uma política velha, atrasada, é a coerência. Não fazer a política do "dando que se recebe". Isso é inadmissível, e aqui no Brasil é assim. Quem ganha emenda de orçamento, quem tem cargo no Governo, vota com o Governo. Isso é uma política atrasada, obsoleta. Nós temos que fazer política em cima de causas, e causas que embalam as nossas vidas e nos dão energia pra sobreviver, e, não, trocando figurinhas como coisa de moleque. Eu não tenho cargo no Governo nem quero ter. Não estou reclamando, porque não faço política assim. Eu não fico nos ministé

rios chorando "me libera uma emenda", não, porque eu tenho minha total independência.

HOJE, O PT VIVE UMA CRISE POLÍTICA INTERNA E EXTERNA. COMO SAIR DESSA CRISE?

Paulo Paim – Há uma crise política, hoje, no País, não dá para negar. Veja a questão do Executivo e do Legislativo, quando o Presidente da Câmara (Eduardo Cunha, PMDB-RJ) disse que é oposição ao Governo. O presidente de uma Casa pode ter uma posição pessoal dele, mas, como presidente, tem que manter a harmonia dos poderes e colaborar nesse sentido. Não quer dizer que o partido dele não tenha outra posição, e o partido dele é governo. Eu não estou acusando, só mostrando as contradições. Denúncias de corrupção abrangem 90% dos partidos e do grande empresariado também. É nessa crise que eu defendo uma composição diferenciada. Uns falam em frente ampla de esquerda, eu não vejo isso. Nós temos que pensar numa grande frente plural, intersindical, interpartidária, para refletir a situação que o País está e ter propostas que vão na linha de recuperar o País.

COMO O SENHOR AVALIA ESSE PROJETO DA REFORMA POLÍTICA QUE ESTÁ SENDO VOTADO? COMO ACHA QUE DEVERIA SER, DE FATO, ESSA REFORMA?

Paulo Paim – Eu estou muito preocupado com a ideia que está vindo da Câmara dos Deputados, principalmente, e

é o mais grave pra mim, com o financiamento privado de campanha. Isso é corrupção escancarada! Para mim, tem que ter limite de, por exemplo, mil reais, um salário mínimo, e só por pessoa física, e não jurídica. As campanhas não podem ser tão caras, elas têm de ser no campo das ideias, não esses programas eleitorais bilionários que são pura ilusão de ótica. Não permitir essas coligações de forma desonrada, maluca, de partidos que não têm nada a ver uma coisa com a outra. É isso que precisamos mudar no Brasil, ter uma forma diferente de fazer política.

22-7-15 – *O Povo*

Agiotagem institucionalizada

Em 1998, o Estado do Rio Grande do Sul contratou uma dívida com a União no valor de R$9,7 bilhões. Já foram pagos R$22 bilhões, restando, ainda, R$47,2 bilhões. Os juros leoninos aplicados deixariam os agiotas Abelardo I e Abelardo II, personagens da peça teatral *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade, envergonhados e horrorizados.

Vejamos: a posição privilegiada do emprestador, a ausência de cláusula de equilíbrio econômico-financeiro, a exigência de garantias robustas e a total falta de compromisso com o social são alguns dos exemplos de que o Brasil é uma Federação semidemocrática e parcialmente paralisada. Seus entes estão na jaula sendo explorados pelo domador.

A analogia utilizada retrata a realidade e vale para todos os estados, ou seja, o nosso, por exemplo, *a priori* já quitou essa dívida há muito tempo. Aliás, quem de fato arcou com ela foi o povo gaúcho, com seus impostos. Todos os governos, independentemente de grei partidária, suaram sangue, uns mais, outros menos.

Deixando de lado a realidade da agiotagem, consta que não pagamos uma parcela da dívida no valor de R$280 milhões, o que levou a União a bloquear as contas do

estado. Não bastasse isso, os servidores públicos tiveram seus salários parcelados. Uma situação inadmissível.

O ex-Constituinte Hermes Zanetti sugere um alento a toda esta situação. A ideia não é de calote, nem de perdão, mas de justiça, impondo como único encargo financeiro a atualização monetária calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A proposta pretende uma readequação das condições nos financiamentos assumidos perante o Tesouro Nacional, em formas diversas das adotadas pelo Governo Federal. Na prática, isso representaria a repactuação da dívida, beneficiando estados e municípios.

Os nossos atos não serão julgados somente no agora, mas também a partir da qualidade de vida que as próximas gerações irão usufruir. A responsabilidade é enorme, é de todos. Não há como resolver esse problema se as picuinhas, a disputa de egos os melindres não forem deixados de lado, se não houver, de fato, uma junção de forças da sociedade gaúcha, de homens públicos sérios, do empresariado e dos sindicalistas, no sentido de exigir mudanças em todo esse enredo oswaldiano.

17-8-15 – *Correio do Povo*

ZERO HORA
MÍNIMO DEVER DE CASA
RBS BRASÍLIA
Cunha, o profano

Mínimo dever de casa

(...) cumpre aos estados fazer o que eu chamo de "mínimo dever de casa". Vejamos o caso do Rio Grande do Sul.

Conforme o Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, a sonegação do ICMS no Estado correspondia, em 2014, a R$ 7 bi. Dinheiro que poderia ser usado para efetuar, em dia, o pagamento dos servidores e aposentados. Do mesmo modo, no cumprimento do piso nacional dos professores, ou na ampliação e construção de postos de saúde.

A corrupção precisa ser severamente combatida pelos governos. A propina, o dinheiro que sai dos cofres públicos, desviado, não é exclusividade do âmbito federal. Há corrupção também nas esferas estadual e municipal. No público e privado.

Outra medida é discutir a dívida com a União, contratada em 1998. Ela compromete 13% de toda receita e precisa ser repactuada urgentemente. A dívida inicial era de R$ 9,7 bi. Já foram pagos R$ 22 bi, restando, ainda, R$ 47 bi. É lógico que, desta feita, um estado que é a quarta economia do Brasil, que contribui com quase 9% do PIB nacional, só pode estar em crise.

A dívida ativa (débitos de pessoas e empresas com o governo) precisa ser cobrada. O TCE estima que ela esteja na casa dos R$ 10 bi. Já a dos municípios gaúchos ultrapassa a casa dos R$ 4 bi.

A par dessas ações, não se admitem privatizações. O foco do governo deve ser aperfeiçoar a aplicação do dinheiro público, posicionar olhares na fiscalização tributária, assim como operar com responsabilidade na arrecadação, cobrança e transparência das contas públicas. Deve, ainda, repensar a concessão de benefícios fiscais para atrair investidores.

O governo deve estar aberto para debater suas ações com o coletivo, ou seja, o povo poderá sugerir o que é prioridade e cobrar dos agentes políticos. O empoderamento do povo é um elemento de base imprescindível ao bom governo, basta que citemos o Orçamento Participativo.

O desenvolvimento pressupõe políticas humanitárias ou preventivas, que garantam os direitos e as conquistas dos trabalhadores. Incentivemos, pois, uma sólida cultura de governabilidade que ultrapasse bandeiras e greis partidárias e ideológicas. Basta do arcaísmo político: situação versus oposição e vice versa. Isso mata o potencial de cada ente e castra os sonhos e as esperanças de gerações.

A velha província de São Pedro há muito deixou de ser protagonista. Suas façanhas que outrora foram "modelo a toda terra", hoje apenas embalam hinos e canções. Sou daqueles que ainda acredita que o vento da terra de Érico Veríssimo vai para o sul e faz seu giro para o norte. Por isso, quero renovar meu compromisso de apoio e de luta renhida em defesa do povo sul-rio-grandense aqui, agora e sempre.

21-8-15 – *Zero Hora*

O PT está saindo do Senador Paulo Paim

Paim concedeu-se um prazo: até o final do ano. "Ou o PT muda ou eu me mudo". Pelo andar da carruagem, porém, o próprio Senador gaúcho reconhece a sua falta de expectativa nesse sentido

Na quinta-feira (10) pela manhã, o Senador Paulo Paim (PT-RS) esteve reunido com representantes da Rede, o novo partido em gestação da ex-candidata à presidência da República Marina Silva. Há alguns dias, as conversas foram com o PDT. E bem adiantadas são as tratativas com o ex-Deputado Beto Albuquerque – que, por sinal, foi o candidato a vice-presidente de Marina nas últimas eleições – e com o PSB. Na tarde da mesma quinta, no cafezinho do Senado, Paim admitia, um tanto quanto amargurado: até o final do ano, ele deverá sair do PT. Ou, mais especificamente, conforme o sentimento do Senador: até o final do ano, o PT deverá sair de Paim.

"O Governo, nas soluções políticas que encontra, ataca sempre o mais fraco. Mexe com o velhinho aposentado, mexe com o pescador, mexe com o trabalhador mais pobre. Enfim, mexe com todos aqueles que a vida toda nós defendemos", critica Paim. "Aí, quando você protesta, quando você lamenta, vem alguém da direção do partido e diz: 'Se você está assim tão incomodado, tão

indignado, sai do PT'. Chega uma hora que você começa a pensar: 'Se é assim, por que não sair?'"

O Senador Paim concedeu-se um prazo para a sua decisão: até o final do ano. "Ou o PT muda ou eu me mudo". Pelo andar da carruagem, porém, o próprio Senador gaúcho reconhece a sua falta de expectativa nesse sentido. "Acho que não muda", diz ele. "O governo, hoje, só está pensando em como se manter a qualquer custo. E o Governo hoje confunde-se com o PT." Assim, o Senador vai deixando claro que a sua decisão, de certa forma, já está tomada. Seus planos são disputar um novo mandato como Senador, e ele acerta as melhores condições entre os três partidos com que conversa caso eles lhe concedam a legenda.

Paim está há quase 30 anos no PT. Filiou-se ao partido em 1986. No ano seguinte, elegeu-se deputado federal na Assembleia Nacional Constituinte. Desde então, é parlamentar pelo partido. Hoje, muitos petistas reclamam que Paim é independente demais, que não segue as orientações do partido, que não ajuda o Governo, que não se sacrifica, que só pensa em ficar sempre bem com as suas bases. Ele responde que é preciso saber quem mais mudou, ele ou o Governo. Porque sua origem é muito semelhante à do ex-Presidente Lula. Paim também é metalúrgico como o ex-Presidente. Iniciou-se na vida política como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Foi pela vida sindical que chegou ao PT e ao Parlamento, depois de ser secretário-geral e vice-presidente da (CUT) Central Única dos Trabalhadores. Ou

seja, identificação maior com os traços originais do PT, é difícil encontrar.

"Não é fácil tomar uma decisão. Nunca tive outro partido. Tenho uma vida inteira no PT", argumenta Paim. "Mas fica difícil permanecer quando isso vai contrariando o que sempre defendi", continua. "Agora mesmo, já se fala na possibilidade de mais cortes nos programas sociais", lamenta.

O que torna mais complicada a situação, segundo o Senador, é que mesmo a sua base eleitoral – formada por sindicatos e outros movimentos sociais que sempre tiveram ligação com o PT – também numa direção de distanciamento do partido. "A base anda na mesma direção. Pensa da mesma forma", diz ele.

"Nós chegamos ao poder e começamos a agir do mesmo jeito que quem estava antes de nós", avalia o Senador. "E nós não tínhamos esse direito. Nós fomos eleitos para mudar o que estava ali". Se, durante um tempo, as ações dos governos petistas levavam de fato à redução da desigualdade social, neste momento atual mesmo isso fica comprometido: mesmo os programas que reduzem a desigualdade correm risco de corte para superar a crise econômica. Aí, conclui Paim, sobra apenas o poder. Estar no poder. "O poder é muito perigoso. Ele seduz. Você não quer sair. Não quer soltar". Paim admite que não sabe qual seria a saída. "Se alguém soubesse qual é a saída, não haveria problema", comenta ele. Mas há sempre os versos do *Cântico Negro*, do poeta português José Régio:

"Não sei por onde vou/Não sei para onde vou/Só sei que não vou por aí".

"Um projeto bonito, que foi embalado pela sociedade, está se perdendo", constata Paim. O PT está saindo do Senador gaúcho. E ele talvez não seja o único a passar por isso.

11-09-15 – *O Fato*

Só fico no PT se ele mudar

Desiludido com o partido ao qual é filiado há 30 anos, Senador decide até o fim do ano se troca de agremiação. Ele acusa os companheiros de terem se encantado com o poder

Quadro histórico do PT, partido no qual milita há 30 anos, o Senador Paulo Paim (PT-RS) reproduz em entrevista à *IstoÉ* a sensação de desgoverno que capta nas ruas e nos corredores do Congresso Nacional: "sinto hoje como se nós estivéssemos em uma nau sem rumo e é um perigo. Há uma preocupação de todos com tudo. Perguntam para mim aonde isso vai parar. Mas cada dia o vento sopra para um lado e a gente não sabe mais o que vai acontecer".

Na opinião do Senador, a solução para que a Presidente Dilma Rousseff recupere prestígio e consiga cumprir mais três anos de mandato seria fazer um "governo de composição", dialogando com os partidos da situação, da oposição, com empresários, trabalhadores e movimentos sociais. Mas, para Paim, uma concertação nacional esbarraria num defeito da Presidente da República: "Dilma ouve, mas não escuta". Ao discorrer sobre os escândalos de corrupção em sua legenda, Paim se diz "constrangido".

O Senador acredita que a agremiação, se continuar como está, vai encolher e chegará às próximas eleições "na terceira divisão". Desencantado com o partido, o Senador gaúcho, para quem Dilma já pediu voto, diz que estabeleceu um prazo até o fim do ano para decidir se permanecerá ou não no PT.

ISTOÉ – O VICE-PRESIDENTE, MICHEL TEMER, DISSE QUE É MUITO DIFÍCIL UM PRESIDENTE COM ÍNDICES DE POPULARIDADE EM TORNO DE 7% TERMINAR O MANDATO. O SR. CONCORDA?

Paulo Paim – Tem lógica. Ele disse que temos que fazer uma composição para arrumar a economia e melhorar a popularidade dela. Se a economia não melhorar, como vamos aguentar um governo assim? Aqui no Congresso mesmo sentimos uma insegurança por parte dos deputados e Senadores. Nem eles sabem o que vai acontecer. A insegurança está no ar. Em certos momentos a gente diz: "Olha, deu uma melhorada". E no outro dia despenca. É uma instabilidade muito grande. Eu sinto hoje como se nós tivéssemos em uma nau sem rumo. E a nau sem rumo é um perigo. Ninguém está tranquilo. Há uma preocupação de todos com tudo. Perguntam para mim aonde isso vai parar. Mas cada dia o vento sopra para um lado e a gente não sabe mais o que vai acontecer.

O QUE O SENHOR PROPÕE?

Paulo Paim – Ninguém tem uma fórmula perfeita. Se fosse fácil, a gente diria: "Ó, presidenta, faz assim que está resolvido". Mas também não adiantaria apresentar, porque ela não iria encaminhar. A Dilma ouve, mas não escuta. Ela deveria trabalhar em uma grande composição. Chamar empresários, trabalhadores, parlamentares, partidos da situação e da oposição, mostrar o mundo real da economia e discutir junto com esse coletivo, tipo um "conselhão", e tentar construir caminhos para fortalecer a produção, o mercado interno e reativar o ciclo de crescimento da economia. Somos milhões de brasileiros perdendo o poder de compra e isso vai travando o crescimento.

COMO FAZER UM "CONSELHÃO" SE ELA "OUVE, MAS NÃO ESCUTA", COMO O SENHOR MESMO FALOU?

Paulo Paim – E isso eu já ouvi de muita gente grande, não só de deputado ou de Senador. É coisa de ministro para cima, mesmo. Os próprios ministros dizem que é muito difícil. A Dilma ouve, mas não escuta. Em algum momento, ela vai ter que começar a ouvir e a escutar quem quer ajudar o País. Porque, de fato, ela se isolou demais. Não tem alternativa. Entre o ideal e o possível, o bom senso tem que prevalecer e ela vai se convencer de que é preciso escutar mais.

MAS ESSE MOMENTO JÁ NÃO ESTÁ ATÉ ULTRAPASSADO?

Paulo Paim – Ela poderia ter escutado antes, mas já que ela não escutou, antes tarde do que nunca. Que escute agora e procure uma política de aliança possível para levar o governo nesses três anos.

COM UMA POSTURA TÃO CRÍTICA AO GOVERNO E AO PT, O SENHOR SE SENTE À VONTADE NA LEGENDA?

Paulo Paim – O PT tem que mudar. E se não mudar, é natural que aqueles que estão incomodados se mudem. Tive um choque no ajuste fiscal, que eu chamo de arrocho social, e deixei muito clara minha discordância.

O ERRO DA POLÍTICA ECONÔMICA COMEÇOU COM O ATUAL MINISTRO DA FAZENDA, JOAQUIM LEVY?

Paulo Paim – O erro começou lá atrás já, não só com o Levy. Quando disseram que iam desonerar a folha de pagamento da Previdência em 20%, eu disse que isso não iria gerar emprego, apenas um problema de caixa na Previdência. Mas não queriam nem ouvir falar sobre isso. Eu dizia: "quero ver como é que vocês vão devolver esse dinheiro para a Previdência", isso na época do (ex-Ministro da Fazenda Guido) Mantega. O que fez o Levy logo que assumiu? Disse que aquilo foi uma irresponsabilidade. Deu no que deu. Eu viajei pelo meu estado por esses dias e as pessoas voltaram a vender bananas e

laranjas nas esquinas. Fazia muito tempo que eu não via isso.

O GOVERNO CULPOU POR UM BOM TEMPO A CRISE INTERNACIONAL.

Paulo Paim – Nós também não nos preparamos para quando isso acontecesse. Ninguém pode negar que o processo eleitoral não contribuiu também para isso que estamos atravessando, né? Passou-se a impressão de que o País estava indo muito bem. Inclusive nós perguntávamos e nos diziam: "está tudo sob controle, vamos embora, vai dar tudo certo". E depois das eleições acabou aparecendo que não era bem isso. A economia, os escândalos que vão surgindo e se acumulando e a queda de prestígio da Presidente, tudo isso preocupa.

PREOCUPA POR QUÊ? PELO FIM DE UMA UTOPIA OU PELA FALTA DE PERSPECTIVA DE PODER?

Paulo Paim – Poder não me seduz. Mas, de modo geral, acho que para quem está na base é um desencanto com tudo aquilo que nós pregamos ao longo de nossas vidas. Há um desencanto, há uma tristeza, isso aí não dá para negar. Eram só serpentinas e paetês até um ano atrás e, de repente, em seis meses, nós caímos na real. E isso deixou todo mundo muito preocupado. Qualquer um em sã consciência tem que estar preocupado. Cada fim de semana é um problema.

O PT SE AFASTOU DO POVO?

Paulo Paim – O PT tem que mudar sua conduta. Mesmo no poder, deve voltar a olhar para os interesses da população, o que atualmente está muito difícil. Nesta caminhada do PT em direção ao poder houve um descolamento dos movimentos sociais muito forte.

O SENHOR DIZ QUE A LEGENDA SE DESCOLOU DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, MAS E A POPULAÇÃO QUE NÃO É ORGANIZADA EM MOVIMENTOS SOCIAIS, MAS É CARENTE DE ESTADO?

Paulo Paim – Muitos se sentiram acolhidos nos primeiros dois mandatos do ex-Presidente Lula, que eles chamam de uma classe mais pobre que chegou próximo da classe média e que passou a se sentir abandonada porque agora está recuando. Ninguém quer voltar para onde estava no que diz respeito à classe social.

HÁ UM DESCOLAMENTO DO PT TAMBÉM DA CLASSE MÉDIA?

Paulo Paim – Sim, também da classe média.

ESTÁ PRÓXIMO DE QUEM, ENTÃO?

Paulo Paim – Não vão ser os mais ricos que vão defender o PT. Acho que quem ainda está dando um certo amparo são os mais pobres mesmo, atendidos pelos programas sociais como Bolsa Família. São eles que mantêm

a chama viva. Mas a partir do momento em que você já vê problemas no Fies...

O GOVERNO TAMBÉM ESTUDA CORTES OU ADIAMENTOS NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA.

Paulo Paim – Foi um belo projeto. Mas já vi gente entregando a casa porque não pode pagar mais. Tudo isso é um caldo que vai se acumulando e desviando a população da direção do PT.

COMO AVALIA AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO ENVOLVENDO QUADROS IMPORTANTES DO PT? HOJE, A CAMPANHA DA PRESIDENTE DILMA TAMBÉM ESTÁ SOB SUSPEITA.

Paulo Paim – Não vou fazer pré-julgamento de ninguém. Fico constrangido de serem tantas notícias ruins em cima de tantos partidos da base, principalmente. Eu não sou daqueles que acham que se no PSDB tem problemas, eu vou achar que temos que fazer igual. Não, nós viemos para fazer a diferença e não fizemos a diferença. E isso é lamentável.

POR QUE O SENHOR ACHA QUE O PT NÃO FEZ A DIFERENÇA?

Paulo Paim – O poder não me seduz, mas alguns se encantaram com o poder. E você não pode achar que vai permanecer doa a quem doer ou que você pudesse ter qualquer postura e que ia se manter no poder por déca-

das e décadas. Mas a vida não é assim. É a mesma coisa com um time de futebol, que em um ano é campeão do mundo e no outro vai para a repescagem para não ir para a segunda divisão. Tem que ter humildade, saber que temos que renovar os quadros. É isso que acho que o PT não entendeu, não preparou lideranças e, a partir do momento em que alguns líderes cometeram atos inadequados, não houve reposição com aqueles que deveriam assumir os lugares nos postos de comando. Se o PT continuar nesse patamar, pode ir para a terceira divisão.

COMO O SENHOR ACHA QUE SERÁ O DESEMPENHO DO PT NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DO ANO QUE VEM?

Paulo Paim – Vai ser muito, muito difícil. Pessoas que me encontram até elogiam meu mandato, mas dizem: "Paim, você não vai mais ser candidato pelo PT, né?". Eu acho que faço um mandato bom. Mas, mesmo assim, acho que terei uma eleição muito difícil em 2018 (para Senador). Porque há um descrédito com o mundo da política e com os partidos. Todos terão dificuldade, alguns mais, outros menos. E o PT está incluído entre os que terão mais dificuldades. Eu, me dei até o fim do ano para decidir se saio do PT e fico sem partido, se participo já das eleições municipais como apoiador em outra legenda, ou se fico onde estou. Mas só fico se o PT mudar.

16-09-15 – *Isto É*

Os trabalhadores sob o fogo do dragão

Os olhos da sociedade estão exclusivamente voltados para a crise política e econômica do país. Isso é mais do que necessário para o aprimoramento da democracia. A sociedade não pode se calar e ficar acomodada vendo a banda passar. Também pudera: inflação em alta, aumento do custo de vida, desemprego crescente, ajuste fiscal, escândalos e mais escândalos envolvendo variados matizes partidários e setores empresariais.

Porém, chamo a atenção, que está em processo avançado uma meticulosa orquestração de grupos do Congresso Nacional com o objetivo único de liquidar com a nossa legislação trabalhista e social, alcançada, aliás, com muito sacrifício pelo povo brasileiro. A situação se acentuou ainda mais nas últimas eleições com a redução do número de senadores e deputados federais compromissados com essas causas. O resultado está sendo terrível: perda de força, mobilidade e ação. Os conservadores, por sua vez, tomaram quase totalmente o campo de batalha. Isso vem sendo traduzido nos projetos que estão sendo apresentados ou reavivados das gavetas do Legislativo.

Recentemente a Comissão Mista da Medida Provisória (MP) nº 680/2015, que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), aprovou uma emenda de autoria do deputado Darcísio Perondi, que na prática revoga a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ou seja: o negociado está acima do legislado. Direitos assegurados na lei, como carteira-assinada, 13º salário, horas-extras, vale transporte, auxílio-alimentação, seguro desemprego, adicionais, fundo de garantia, férias, jornada de trabalho, direitos das domésticas, entre outros, ficam vulneráveis correndo o risco de serem extintos e acabarem na lata do lixo. Muito grave, também, foi a forma como aprovaram: sem debate algum. Uma espécie de reforma trabalhista empurrada goela abaixo. Nem a ditadura militar de 1964 teve a ousadia de aprovar o negociado acima do legislado.

Durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, com a participação de centrais sindicais, confederações de trabalhadores, estudantes, representantes do Judiciário e do Ministério Público, foi aventado que o governo federal teria interesse que a emenda à MP 680 fosse aprovada. Não acredito nisso. Me recuso a crer em tal cretinice. O próprio ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, me disse, por telefone, que é um absurdo achar que o Executivo está por trás dessa proposta. Mas, estou preocupado, porque como diz o dito popular: gato escaldado tem medo de água fria, basta ver o arrocho social, a baixa geração de empregos e os juros exorbitantes.

Nesta mesma esteira encontra-se o Projeto de Lei nº 30/2015, que trata da terceirização de qualquer setor de uma empresa, incluindo a atividade-fim. Essa proposta enfraquecerá o sistema de negociação coletiva e o controle judicial. Ela já foi aprovada na Câmara, e atualmente tramita na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (Agenda Brasil), sob minha relatoria. Vale destacar o que diz o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) sobre a terceirização: em cada dez acidentes de trabalho, oito acontecem em empresas terceirizadas; de cada cinco mortes, quatro são em empresas terceirizadas. O levantamento das centrais sindicais, por sua vez, mostra que o salário é 30% inferior ao normal. Os terceirizados trabalham, em média, três horas semanais a mais e permanecem menos tempo no emprego: 2,5 anos, ao passo que os demais permanecem seis anos, em média. Temos ainda, o PL nº 450/2015 que cria o Simples Trabalhista e o PL nº 1463/2011 que institui um novo código do trabalho.

A CDH Senado, colegiado que presido pela terceira vez, está fazendo um grande movimento nacional, de mobilização mesmo, de esclarecimento, por meio de debates em Brasília e audiências públicas nas assembleias legislativas dos estados, chamando a atenção para o verdadeiro crime de "lesa pátria" que está sendo articulado contra os brasileiros. A Associação Nacional dos Magistrados (ANAMATRA), além de outras entidades, também está esclarecendo a população, reafirmando que esta orquestração "afronta à Constituição Fede

ral". Portanto, só há uma maneira de barrar o fogo do dragão: a mobilização da população nas ruas, dos estudantes e do movimento sindical e social. Se for preciso, vamos parar o Brasil.

Outubro/2015

12-10-2015 – *Folha de São Paulo*

É preciso esperançar

A vida política do nosso país está em meio a um imenso furacão. As ondas neste mar revolto são enormes. Por isso temos um compromisso: vigiar e defender o Estado Democrático de Direito.

Devemos garantir a liberdade de expressão. No entanto, é preciso destacar que liberdade de expressão não compreende mentiras, ataques pessoais, discriminação ou preconceitos.

O Brasil é uma jovem democracia que aos poucos está se enamorando com sua gente, com seu povo. Ela está aprendendo, no sacrifício do dia a dia, sua importância para o bom funcionamento das instituições e para a melhoria de vida de todos os brasileiros. Temos que lembrar sempre que seu renascimento foi alcançado com muitas lágrimas e sangue derramado. Muitos brasileiros tombaram.

A democracia não pode negar o grito das urnas. Não pode insuflar a intolerância e o ódio, não pode fechar os olhos para os privilégios e a corrupção.

A democracia interpreta os desejos populares, e pelos caminhos do entendimento e da paz coloca-os em prática. Portanto, a voz das ruas exige que o país avance.

A vida política do nosso país está em meio a um imenso furacão. As ondas neste mar revolto são enormes. Por isso temos um compromisso: vigiar e defender o Estado Democrático de Direito.

Devemos garantir a liberdade de expressão. No entanto, é preciso destacar que liberdade de expressão não compreende mentiras, ataques pessoais, discriminação ou preconceitos.

O Brasil é uma jovem democracia que aos poucos está se enamorando com sua gente, com seu povo. Ela está aprendendo, no sacrifício do dia a dia, sua importância para o bom funcionamento das instituições e para a melhoria de vida de todos os brasileiros. Temos que lembrar sempre que seu renascimento foi alcançado com muitas lágrimas e sangue derramado. Muitos brasileiros tombaram.

A democracia não pode negar o grito das urnas. Não pode insuflar a intolerância e o ódio, não pode fechar os olhos para os privilégios e a corrupção.

A democracia interpreta os desejos populares, e pelos caminhos do entendimento e da paz coloca-os em prática. Portanto, a voz das ruas exige que o país avance.

Este ir à frente, a passos largos e firmes, lapidando a pedra da sabedoria e ajustando seus ângulos, requer, primeiramente, a unidade de todos nós, a convergência dos nossos sonhos para, aí sim, a partir desta "liga" entre o povo e seus representantes, traçar e abrir, harmonicamente,

novos caminhos para o país seguir o rumo do desenvolvimento sustentável, econômico, social e político.

Buscamos a pureza da justiça em todas as suas faces: a igualdade de oportunidades, direitos iguais e respeito às diversidades culturais do nosso povo.

É FUNDAMENTAL UM MAIOR VOLUNTARISMO POR PARTE DO ESTADO BRASILEIRO

Buscamos uma indústria nacional forte, a expansão do mercado interno, o desenvolvimento tecnológico, a redução da dívida pública.

Desejamos um país que ofereça infraestrutura necessária para os investidores, que apoie as pequenas e médias empresas, que ofereça uma taxa de juros que estimule o mercado sem empobrecer a população.

Desejamos um país que celebre a saúde, a educação e a segurança, não somente como dever do Estado, mas como direito da população.

Embora o mercado seja extremamente importante, acredito que o Estado desempenha um papel estratégico, apoiando a realização de mudanças estruturais necessárias ao desenvolvimento como, por exemplo, a criação e o incentivo ao surgimento de instituições financeiras capazes de canalizar recursos domésticos para setores que geram taxas elevadas de crescimento.

Precisamos de um programa que valorize o homem do campo e o trabalhador da cidade, ofertando produção, emprego e renda. Igualmente, que respeite e oferte polí-

ticas públicas aos nossos jovens e acaricie com justiça o direito sagrado dos aposentados e idosos.

Temos que combater a sonegação de impostos e penalizar efetivamente corruptos e corruptores. Segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, a sonegação no Brasil é 20 vezes maior do que o valor gasto com o Programa Bolsa Família, o maior programa de distribuição de renda do mundo.

A sonegação de impostos "rouba 1/4 de tudo aquilo que o brasileiro paga todos os anos para os governos". É uma cifra que ultrapassa a casa dos 415 bilhões de reais. A sonegação atrapalha de forma considerável a redução de impostos. Caso ela fosse eliminada, ou fortemente diminuída, poderíamos reduzir em até 28,4% os impostos pagos pelos cidadãos. Entendo que o combate à sonegação e à corrupção é uma decisão política.

PRECISAMOS IR ALÉM DE POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS

Queremos o desenvolvimentismo como projeto que harmonize os interesses públicos e a iniciativa privada.

A federação brasileira é semidemocrática, paralisada em seus preceitos e suas prerrogativas. No caracterizar histórico, temos uma república meramente colonialista, que só retira e nada repõe. A federação brasileira está muito distante das necessidades dos seus entes. Afinal, será que somos efetivamente uma federação?

Os poderes constituídos devem um novo pacto federativo ao povo brasileiro. Quase 70% da arrecadação nacional vai para os cofres da União. Um novo pacto federativo requer descentralização de recursos e responsabilidade social e ambiental dos gestores.

Nesta mesma esteira, estão as reformas. O brasileiro exige cidadania tributária, cidadania fiscal, cidadania econômica, cidadania social. O brasileiro clama por reforma política e reforma eleitoral. Por que não uma reforma partidária?

Devemos pensar seriamente em orçamentos nos quais a população seja chamada efetivamente a participar. Ela poderá sugerir o que é prioridade e cobrar dos agentes políticos. O empoderamento do povo é um elemento de base, imprescindível aos bons governos.

O brasileiro exige ações dos poderes constituídos que caminhem ao encontro de um novo marco civilizatório.

Temos pressa de seguir adiante, de escalar montanhas, de rabiscar versos, de cantar as palavras dos ventos.

NÃO PODEMOS NOS OPOR À GLOBALIZAÇÃO

Mas, a inserção internacional do Brasil não pode ser passiva e medrosa. Precisamos de uma estratégia nacional de desenvolvimento que capture oportunidades globais.

É importante que o governo assegure estabilidade financeira, inflação baixa e sob controle e, volto a insistir, expansão do mercado interno, gerando oportunidades de investimento e atraindo empreendedores privados.

Isso, obviamente, exige uma estrutura orçamentária menos amarrada do que a atual.

Não aceitamos que todo e qualquer investimento público ou de empresa estatal seja tratado como déficit público, como acontece na atual estrutura orçamentária do Brasil. Exemplo clássico é a questão da Seguridade Social, em que os números são manipulados. Todos os governos que passaram pelo Planalto foram uníssonos ao dizer que ela é deficitária. Ledo engano.

Conforme estudo da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal não há déficit, e, sim, superávit. Vejamos: Superávit em 2006: R$ 59,9 bilhões; 2007: R$ 72,6 bilhões; 2008: R$ 64,3 bi; 2009: R$ 32,7 bi; 2010: R$ 53,8 bi; 2011: R$ 75,7 bi; 2012: R$ 82.6 bi; 2013: R$ 76,2 bi; 2014: R$ 54 bi.

Precisamos ter uma atenção especial com a valorização da taxa de câmbio. É preciso colocar o pé no freio. Uma moeda valorizada diminui a competitividade das empresas nacionais no mercado internacional e desestimula os investimentos das empresas estrangeiras no país.

O crescimento econômico deveria ser financiado primordialmente com poupança interna, inclusive mediante a utilização de instituições financeiras públicas, como o Banco do Brasil e o BNDES. Fazer mais do que está sendo feito hoje.

TEMOS QUE DAR PREFERÊNCIA AO BRASIL E AO SEU POVO

Paulo Freire nos ensinou a diferença que reside entre esperança e esperançar. Ele dizia que é preciso ter esperança, mas, a esperança que vem do verbo esperançar.

Esperança é esperar, é pura espera. Esperançar é ir atrás, é juntar-se aos outros, aos que nos ladeiam, ao coletivo, à unidade. É correr atrás dos sonhos e desejos. É abrir caminhos. É conhecer as florestas, navegar pelos rios, é correr de pés descalços nas areias do litoral. É deixar o sol envolver nossa pele. É procurar o momento exato de jogar as sementes no solo e, pacientemente, aguardar a chuva cair, a chuva despencar do céu.

Esperançar é sentir e participar do nascimento da vida e repartir o pão que brotou da terra. É preciso esperançar. O brasileiro tem que esperançar.

O Brasil precisa de novos encontros com o seu povo. Precisamos nos encontrar como brasileiros. Precisamos compreender que em cada um de nós corre sangue índio, negro, branco.

Somos milhões de anônimos que ainda acreditam em uma pátria para todos, independentemente de cor, religiosidade, local de nascimento, gênero... Como disse Érico Veríssimo: o vento vai para o sul, e faz seu giro para o norte.

Temos também, que refletir exaustivamente.

Há que se dizer que a representatividade dos trabalhadores e dos movimentos sociais e populares no Congresso Nacional foi encolhida nas últimas eleições. Perdemos espaço e estamos pagando um preço muito alto.

Não tivemos a clareza de estabelecer táticas e estratégias para aumentar o número de deputados e senadores compromissados com os interesses da nossa gente.

O que ocorre hoje é que temos um "Legislativo não para o povo e pelo povo, mas um Legislativo sobre o povo".

Os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários dos brasileiros estão sendo severamente atacados.

Leia-se, entre outros, o projeto de lei nº 4330/2004 sobre a terceirização. Este texto foi aprovado na Câmara dos Deputados e hoje está tramitando no Senado Federal. Estamos em uma cruzada nacional para barrar este projeto.

A população tem que se articular, ir às ruas e exigir os seus direitos e conquistas. É preciso esperançar, a partir de um amplo debate e diálogo com outros homens.

Nas palavras de Tancredo Neves:

"O entendimento nacional não exclui o confronto das ideias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendemos entendimento que signifique capitulação, nem um morno encontro dos antagonistas políticos em região de imobilismo e apatia. O entendimento se faz em torno de razões maiores, as da preservação da integridade do povo brasileiro e da soberania nacional."

É preciso esperançar. E lembrar sempre que "o fácil fizemos ontem, o difícil realizaremos hoje e o impossível alcançaremos amanhã".

Avançamos muito nos últimos doze anos. Isso é inegável: 36 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza. 22 milhões de pessoas alcançaram a classe média; Minha Casa, Minha Vida; Bolsa Família.

Temos o Estatuto do Idoso, Estatuto da Igualdade Racial e Estatuto da Pessoa com Deficiência, leis de minha autoria que hoje beneficiam milhões e milhões de brasileiros.

Estamos abertos, junto com o movimento sindical, social e ambiental, ao bom combate. Avançar sempre, sem retrocesso.

Miramos nós outros um novo alvorecer, festejando a liberdade, a democracia, a igualdade, a cidadania, a brasilidade que nos encanta e nos faz honrar a vida, exaltando a verdade e a justiça em um sentimento único.

Primavera de 2015

Publicações

LIVROS

- Nau Solitária (2014)
- Para Além do Que os Olhos Veem. Volume 2 (2013)
- Para Além do Que os Olhos Veem (2012)
- O Rufar dos Tambores. 2ª edição (2011)
- O Poder que Emana do Povo (2009)
- O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil (2008)
- Pátria Somos Todos (2007)
- O Rufar dos Tambores (2006)
- Salário Mínimo – Uma História de Luta (2005)
- Cumplicidade – Política em Poesia (2004)
- Vida – Sonhos e Poesia 2ª edição (2003)
- Vida – Sonhos e Poesia (2001)

REVISTA

- Caminhos (2005)

CARTILHAS

- 59 Anos: Minha Vida – Nossas Lutas

- Gibi do Paim – Uma Nova História para Contar
- Lei Maria da Penha
- Atuação Parlamentar (2006)
- Meio Ambiente: Cidadania e Qualidade de Vida
- FUNDEP – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador
- Cantando as Diferenças – É Coisa Nossa
- Relatório Final da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo
- Desemprego e Redução da Jornada de Trabalho
- Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 2003
- Estatuto do Idoso – Cidadania, Mesmo que Tardia
- Estatuto da Pessoa com Deficiência
- Estatuto da Igualdade Racial
- Emprego e Renda
- Previdência Pública na Visão dos Trabalhadores e dos Aposentados
- Discussão e Busca de Caminhos para Eliminar o Racismo
- Quilombo Silva – Porto Alegre
- A Vitória contra o Preconceito
- Manual do Vereador
- Reformas: Raça, Gênero e Política de Inclusão Social

- Estatuto da Criança e do Adolescente
- Código de Proteção e Defesa do Consumidor
- Sabatina do Dr. Joaquim Benedito Barbosa Gomes
- Videoaudiência – Previdência Pública na Visão dos Trabalhadores e dos Aposentados

PAULO PAIM
SENADOR

WWW.SENADORPAIM.COM.BR

/PAULOPAIM

/PAULOPAIMSENADOR

PAULOPAIM@SENADOR.LEG.BR

(61) 9241-4078

(61) 3303-5232 / 3303-5235

PRAÇA DOS TRÊS PODERES - SENADO FEDERAL
ANEXO I – 22º ANDAR – SALA 3 - CEP 70165-900
BRASÍLIA – DF

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL